



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

KELLY CRISTINA GOMES SANTOS

A VIOLÊNCIA QUE SE MANIFESTA NAS ESCOLAS: DESAFIOS PARA INTER-
VIR NA REALIDADE.

CACHOEIRA-BA
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

KELLY CRISTINA GOMES SANTOS

A VIOLÊNCIA QUE SE MANIFESTA NAS ESCOLAS: DESAFIOS PARA INTER-
VIR NA REALIDADE.

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço social.

Orientadora: Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas.

CACHOEIRA-BA
2018

KELLY CRISTINA GOMES SANTOS

A VIOLÊNCIA QUE SE MANIFESTA NAS ESCOLAS: DESAFIOS PARA INTERVIR
NA REALIDADE.

Cachoeira – BA, aprovada em 30/08/2018.

BANCA EXAMINADORA



LYS MARIA VINHAES DANTAS
(Orientador – UFRB)



JUCILEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO
(Membro Interno – UFRB)



CARLA CAROLINA COSTA DA NOVA
(Membro Externo)

*“É preciso exigir de cada um o que cada um pode dar.”
O pequeno Príncipe*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força e proteção concedida durante essa jornada que foram indispensáveis para o encerramento deste ciclo.

Agradeço aos meus pais, Ivanilson Santos e Márcia Cristina, pelo amor e empenho durante todos esses anos. Cada vitória que eu obtiver dedicarei a vocês.

A minha orientadora, doutora Lys Maria Vinhaes Dantas, por ter aceitando-me como orientanda mesmo estando desempenhando a função com dezena de outros alunos. Obrigada pela parceria e dedicação que foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

As minhas amigas, Kamilla Santana, Caliane Cerqueira, Joseane Duarte e Karina Affe, que foram verdadeiros presentes que a UFRB me deu. Obrigada pela amizade sincera, pelas noites de risadas e por todo cuidado. Trilhar essa jornada com vocês tornou tudo mais leve e prazeroso. O meu único pesar em terminar este curso será a ausência física de vocês cotidianamente em minha vida.

A todos meus amigos da turma, pelas experiências compartilhadas. Agradeço também aos amigos do CAHL, em especial a Gabriel Matheus, pelo apoio durante a construção do TCC.

Ao meu namorado, Sandro Freitas, pelo companheirismo, afeto e compreensão. Obrigada por ser solícito em todos os momentos.

A minhas irmãs de alma, Evellen Soares e Ana Carolline, pela amizade inabalável e por toda reciprocidade.

As irmãs que ganhei durante esses anos de estudo, Amanda Dias e Júlia Dias, por todo amor, cuidado e pelas surpresas que faziam a cada volta minha para o início de mais um semestre. Amo vocês!

Aos meus primos, Karla Gomes, Gilse Sued, Filipe Lima, João Victor, Gleidson Santos, Lara Gomes, Larissa Gomes e Carolina Gomes, pela cumplicidade, por escutarem minhas lamentações perante as frustrações acadêmicas e por todo apoio permanente.

SANTOS, Kelly Cristina Gomes. **A violência que se manifesta nas escolas: desafios para intervir na realidade**. 2018. 62 f. Trabalho de conclusão de Curso do Bacharelado em Serviço Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Centro de Artes Humanidades e Letras, Cachoeira – BA.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva identificar os desafios postos para o enfrentamento da violência na escola estadual Primitiva Azevedo de Moraes na cidade de Conceição do Jacuípe-Ba, discutir a relação entre violência e escola, de maneira geral, a partir da literatura sobre o tema; identificar as formas de violência que se manifestam na referida Instituição e analisar a importância do suporte intersetorial para o enfrentamento da violência nas escolas. Utilizou-se como metodologia a pesquisa de campo, tendo abordagem qualitativa a partir da realização de entrevistas. As entrevistas foram realizadas com cinco funcionárias da referida instituição de ensino. O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro aborda a relação existente entre violência e escola, discutindo os conceitos que a literatura apresenta sobre violência e violência escolar e sua tipologia. O segundo capítulo irá dedicar-se à questão dos desafios do combate à violência na escola, da atuação das políticas públicas, do suporte intersetorial e da importância da ação do assistente social em articulação com outros profissionais na busca por prevenir/enfrentar o fenômeno. O terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo, caracterizando a escola-foco, os tipos de violência que se manifestam na mesma e os desafios postos para ao enfrentamento do fenômeno. É perceptível o quanto a escola encontra-se despreparada para combater o problema, ficando nítida a importância do assistente social atuando na educação bem como da importância do suporte multisetorial para se combater à violência.

Palavras-chaves: Violência; escola, políticas públicas, intersetorialidade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa mental sobre a violência escolar	23
Quadro 1: informações sobre as entrevistas realizadas.....	40
Quadro 2: Quadro de funcionários da escola.....	41
Quadro 3: Índices de aprovação e reprovação de alunos no ano de 2016.....	41
Quadro 4: Índices de aprovação e reprovação de alunos no ano de 2017.....	42
Gráfico 1: Tipos de violência encontradas nos relatórios do conselho.....	45

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MS	Ministério da Saúde
MEC	Ministério da Educação
PSE	Programa Saúde na Escola
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. VIOLÊNCIA ESCOLAR	13
1.1 Conceituando a violência	14
1.2 A tipologia da violência escolar	17
1.3 Discutindo a violência escolar	19
2. DESAFIOS DA INTERVENÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA....	24
2.1 Os desafios da intervenção no combate à violência	24
2.2 A importância do suporte intersetorial para o enfrentamento da violência escolar e ações que já foram implementadas	27
2.3 O papel do assistente social frente à intervenção.....	33
3. A VIOLÊNCIA NA ESCOLA ESTADUAL PRIMITIVA AZEVEDO DE MORAES: A PESQUISA DE CAMPO EM QUESTÃO.....	38
3.1 Caracterização da Escola Estadual Primitiva Azevedo de Moraes.....	39
3.3 Os desafios postos para o enfrentamento do fenômeno.....	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXO	63

INTRODUÇÃO

A escola é um importante espaço para obtenção da educação formal e uma importante forma de interação social. Por estar inserida na sociedade, a unidade escolar, conseqüentemente, está vulnerável às mesmas problemáticas que afetam a comunidade como, por exemplo, variadas formas de violência. A violência nessa instituição não é um assunto novo, como afirma Charlot (2002) e Sposito (2002), contudo a frequência e a gravidade dos casos violentos envolvendo o espaço escolar vem demonstrando a necessidade de aprofundar o estudo acerca do tema, uma vez que “[...] a pesquisa sobre violência e escola ainda é incipiente no Brasil”. (CHARLOT, 2002, p. 72)

Entre as várias formas de violência ocorridas no contexto escolar, uma em especial subsidiou a construção deste trabalho: a manifestação da violência na escola seguindo a linha de Charlot (2002) e Priotto (2008). Na atualidade muito se tem observado as diversas formas de violências que se manifestam nas escolas de todo o mundo. Só no Brasil, no ano de 2017, muitos casos ligados a este tema foram foco das mídias, chocando a população pela sua gravidade, como por exemplo, o adolescente de 14 anos que matou dois colegas em sala de aula e deixou outros feridos (SANTANA, 2017).

Este fenômeno não ganha destaque somente em âmbito nacional, mas mundialmente. Segundo Debarbieux e Blaya (2002), a escola não é mais vista como um lugar de proteção, seguro para a comunidade que faz parte dela, e isso não ocorre só no Brasil, mas em distintos países. Só na Europa os autores destacam dez países que discutiram e trouxeram experiências sobre a violência na escola.

De fato, entender e conceituar a violência não são uma tarefa fácil, isso porque a mesma se constitui como um fenômeno multifacetado, impondo uma série de desafios no que diz respeito à definição e ao enfrentamento da mesma. Abramovay (2005, P.54) afirma que “que a violência é um conceito relativo, histórico e mutável”, ou seja, a mesma não é estática e, de acordo com que a sociedade vai se desenvolvendo, em diferentes contextos históricos, outras expressões da violência vão surgindo. Por se tratar de um fenômeno multifacetado, a mesma precisa ser enfrentada de forma articulada, uma vez que, sozinha, a escola não tem capacidade de ameni-

zar ou solucionar esse problema. Por isso, o poder público é cada vez mais requisitado para o enfrentamento dessa problemática.

As políticas públicas e a intersectorialidade desempenham um papel importante no processo de enfrentamento a violência. É preciso um olhar constante, trabalho permanente, o envolvimento de diversos setores e o apoio do Estado para a resolução ou contenção da mesma. Não há como combatê-la de forma fragmentada, é preciso voltar-se para estratégias que envolvam articulação de saberes, para que assim se possa atingir resultados satisfatórios.

O Serviço Social lida com as variadas formas da expressão da questão social e este tema articula-se com a atuação do assistente social por tratar de um fenômeno intrínseco à expressão das desigualdades sociais, no qual indivíduos encontram-se em um estado de vulnerabilidade social, tendo muitas vezes seus direitos violados. De acordo com Bourguignon (2015), a pesquisa em Serviço Social se forma na medida em que vão surgindo demandas sociais, decorrentes da questão social, ao qual a dimensão investigativa da profissão busca conhecer a dada realidade para que seja possível, dessa forma, intervir.

O interesse em discutir o tema se deu através do campo de estágio, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Conceição do Jacuípe-Ba. Durante o período de estágio observou-se que as escolas do município apresentavam uma grande demanda em relação às violências que aconteciam no seu ambiente, e as mesmas não sabiam como lidar com esse fenômeno.

Objetivando que esse trabalho se tornasse exequível, foi decidido limitar o campo de pesquisa apenas a uma escola, escolhida para a realização da pesquisa baseada em critérios estabelecidos após um mapeamento das instituições de ensino existentes no município de Conceição do Jacuípe e do número de ocorrências registradas pelo conselho tutelar, identificando assim a escola-foco. Com isso levantou-se **a questão de investigação: Quais os desafios postos para o enfrentamento da violência na escola estadual Primitiva Azevedo de Moraes na cidade de Conceição do Jacuípe-Ba?**

O presente estudo tem como objetivo geral identificar os desafios postos para o enfrentamento da violência na escola estadual Primitiva Azevedo de Moraes na cidade de Conceição do Jacuípe-Ba. Estabeleceu como objetivos específicos: discutir a relação entre violência e escola, de maneira geral, a partir da literatura sobre o tema; identificar as formas de violência que se manifestam na referida Instituição; e

analisar a importância do suporte intersetorial para o enfrentamento da violência nas escolas.

Para que se alcançassem os objetivos propostos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. Segundo Godoy (1995 p. 21):

A pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. [...] O pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas.” (GODOY, 1995 p. 21).

Portanto tal abordagem, escolhida para o estudo, preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, buscando compreender o fenômeno da violência na escola através da percepção de diversos atores que compõem essa realidade. Durante todo o trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica, tendo como fontes livros, artigos, relatórios, teses e dissertações sobre o tema.

Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram a realização de entrevistas e a obtenção de informações sobre a escola, Conselho Tutelar e documentos escolares. As entrevistas foram realizadas com 5 funcionários da escola, contendo seis perguntas. Após a defesa do trabalho de conclusão de curso, pretende-se devolver os resultados à escola em forma de seminário.

Como a entrevista de campo envolverá sujeitos em seu desenvolvimento, foi elaborado com base nos princípios Éticos, um termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicando a pesquisa, zelando pela legitimidade das informações, privacidade e sigilo das mesmas, tornando os resultados desta pesquisa públicos.

Este documento está dividido em três capítulos: o primeiro aborda a relação existente entre violência e escola, discutindo os conceitos que a literatura apresenta sobre violência e violência escolar e sua tipologia. O segundo capítulo irá dedicar-se à questão dos desafios do combate à violência na escola, da atuação das políticas públicas, do suporte intersetorial e da importância da ação do assistente social em articulação com outros profissionais na busca por prevenir/enfrentar o fenômeno. O terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo, sendo iniciado por uma caracterização da escola-foco da investigação, dos tipos de violência que se manifestam na mesma e os desafios postos para ao enfrentamento do fenômeno.

1. VIOLÊNCIA ESCOLAR

A todo momento a sociedade passa por transformações sejam elas sociais, políticas ou econômicas, trazendo mudanças na ordem de funcionamento, nas relações sociais, na forma como as pessoas vivem. Essas mudanças são refletidas em vários segmentos dessa totalidade e, por estar inserida na mesma, conseqüentemente, a escola está vulnerável às mesmas problemáticas que afetam esse conjunto como, por exemplo, variadas formas de violência. Este fenômeno está presente no dia-a-dia, dentro e fora dos muros da escola, podendo ocorrer tanto entre a comunidade escolar, tanto por pessoas externas ao ambiente escolar, como a comunidade em geral e os familiares.

De forma sóciohistórica, a escola é projetada para formar indivíduos em seu sentido mais amplo e, como afirma a Constituição Federal de 1998, em seu art. 205, “A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Sendo assim, o papel da escola, como uma das principais instituições que viabilizam a educação formal, não deve se limitar ao processo de ensino-aprendizagem de matérias específicas, como português e matemática, mas engloba uma série de categorias que fazem parte do pleno desenvolvimento dos seus usuários.

Depois do convívio familiar, a escola é o primeiro núcleo social onde os indivíduos começam a lidar com conceitos de viver em grupo, de pertencimento, de conviver com as diferenças (FERRIANE et al, 2017). Esta instituição configura-se como um ambiente extremamente diversificado, onde cada indivíduo traz consigo particularidades que por si só acabam gerando conflitos.

A escola era idealizada como um lugar harmonioso, de aprendizagem. Contudo, existe uma diferença entre o que a escola deve ser ou se espera que ela seja e a função que a mesma cumpre numa sociedade desigual e excludente. Tonet (2007) afirma que a educação, estando baseada numa sociedade de classes, é uma forma de mediação para a reprodução do capital, tendo suas funções sociais voltadas, predominantemente, para alimentar o sistema capitalista. Com isso percebe-se que a escola tanto sofre com a violência, como produz a mesma. A escola, antes vista como um lugar seguro, destinado ao saber, encontra-se rodeada de questões que afetam seu pleno desenvolvimento.

1.1 Conceituando a violência

A violência, em qualquer esfera ou segmento, é um dos grandes desafios enfrentados na atualidade. Mesmo sendo um problema global combatido na contemporaneidade, tal fenômeno sempre esteve atrelado à sociedade em diferentes contextos sociais. Como afirma Minayo (2006, p.8): “a violência acompanha toda a experiência da humanidade. Sua presença está registrada em vários documentos da antiguidade”. Porém, na medida em que a sociedade vai passando por transformações, outras expressões da mesma vão surgindo nos cenários contemporâneos, o que insere a violência em um processo sócio histórico.

Muitas são as definições dadas para tal categoria, por ser um fenômeno complexo e de difícil compreensão. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, configura-se como violência:

Uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte ou dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p.5)

Para Chauí (1998), a violência significa qualquer ação que altere, forçadamente, a natureza do estado de um indivíduo, violando seu livre arbítrio, sua liberdade. Ela também define a violência como todo ato de agressividade, de ofensa física ou psíquica a uma pessoa, causada através da coerção, tirania. A autora traz a ética como algo intrínseco ao ser humano racional, contudo a violência e a ética são conceitos que se distanciam, pois na violação o sujeito sofre um processo de coisificação uma vez que passa a ter seus direitos negados, não tendo respeitado seu direito à liberdade, impactando diretamente o direito de cidadania do indivíduo, já que é tratado como coisa.

Sabe-se que a violência pode ser dirigida a um indivíduo ou a um grupo. Priotto e Boneti (2009) afirmam que tal fenômeno compromete o estado físico, moral e cultural das pessoas ou grupos que sofrem com a mesma e acrescentam que a violência também sobrevém por meio de mudanças profundas ocorridas numa determinada sociedade, impactando diretamente na identidade e no modo de vida de um sujeito ou de uma coletividade. Este conceito pode ser exemplificado claramente com a chegada dos portugueses ao Brasil no ano de 1500, uma vez que os índios que já residiam no país, além de serem escravizados, tiveram drasticamente suas

vidas modificadas, sendo obrigados a se apropriarem de outros costumes, crenças e modos de vida. O mesmo aconteceu com os africanos trazidos para cá.

Como uma das expressões do sistema capitalista, a violência muitas vezes é associada à situação de pobreza, o que não é necessariamente uma regra, uma vez que a pobreza é uma consequência dessa desigualdade, como afirma Sposito:

No âmbito do binômio - pobreza e violência - alguns estudos indicam que não são as regiões mais miseráveis do país aquelas que condensam maior índice de violência. Mais do que a pobreza em termos absolutos, seria uma certa exacerbação da desigualdade social, a extremada distribuição desigual da renda ao lado da convivência no mesmo espaço de dois mundos - excluídos e incluídos - uma das molduras propícias às relações de violência e suas consequências sobre a escola. (SPOSITO, 1998, p. 61)

Com isso percebe-se a ligação existente entre violência e a desigualdade social na qual tal desigualdade favorece o surgimento de práticas violentas. Contudo, nem toda violência é derivada da classe social ou condição econômica. (CAMARGO, 2007)

No que se refere à conceituação da violência escolar, muitos autores também tentaram se aproximar do que seria a mesma. O tema sobre a violência escolar não é novo, como já dito anteriormente. Esta problemática sempre esteve inserida na escola, contudo o aumento e diversidade dos atos violentos foi dando a este tema um maior destaque na mídia e nos setores acadêmicos. Abramovay (2003) relata que o significado de violência escolar varia em diferentes países do mundo. Nos Estados Unidos o termo é utilizado associado à delinquência juvenil, já na Inglaterra o termo é utilizado somente para ações ligadas a atos indisciplinados que resultem em prisão, conflitos entre o corpo docente e discente.

A violência que se manifesta nesse meio possui tanto fatores internos como externos à instituição de ensino. No aspecto externo, influem as questões de gênero, as relações raciais, os meios de comunicação e o espaço social no qual a escola está inserida. Entre os fatores internos, deve-se levar em consideração as escolas, [...], o comportamento dos professores em relação aos alunos (e vice-versa) e a prática educacional em geral. (ABRAMOVAY, 2003, p.31)

Além dos conceitos apresentados, Charlot (2002) afirma que se faz necessário distinguir os conceitos de violência, agressão e agressividade. Para o autor, a agressividade é a tendência humana de ter vontade causar danos a outras pessoas, sendo a mesma algo ligado aos processos da natureza psíquica de um indivíduo, ou

seja, da esfera mental e comportamental de cada pessoa. A agressão é tida como todo ato de crueldade, seja física ou verbal, contra alguém e a violência sendo um tipo de agressão que remete ao uso da força.

Outra distinção que se faz de importância para Charlot (2002) é em relação aos termos violência, transgressão e incivildades. As transgressões são entendidas como ações que vão contra as regras estabelecidas pela escola, como por exemplo, atraso no horário da chegada à aula. A incivildade é tida como as ações que rompem a regra da boa convivência, dos acordos que perpassam as relações humanas, como a falta de respeito. E a violência é todo ato que utiliza da força ou ameaça, como lesões, extorsão, dentre outros.

A violência escolar também é denominada como todo e qualquer ato de violência e comportamentos agressivos, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, praticados por entre a comunidade escolar no ambiente escolar. (PRIOTTO, 2008)

Faz-se também necessário diferenciar os conceitos de conflito e violência. Para Chrispino (2007, p. 15), “Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento”. O homem é um ser social marcado para viver em comunidade, contudo cada sujeito traz consigo suas particularidades, sejam de ordem emocional, política, social, etc. Em decorrência disto, é normal que as relações entre dois ou mais indivíduos sejam marcadas por contradições de ordens diversas, gerando assim o conflito. A ideia de considerar o conflito como algo ruim já foi deixada para trás por muitos autores. Este é visto como algo inerente à sociedade, inclusive Chrispino (2007) destaca os ganhos gerados pelo conflito como, por exemplo, o conhecimento da diversidade e regulação das relações sociais.

De acordo com Minayo (2006), não há como atribuir uma única e simples definição do que seja a violência, pois a mesma evolui e traz consigo especificidade histórica. Com isso percebe-se que a violência é polissêmica, sendo impossível abranger todos os seus aspectos em uma única conceituação. Contudo, o primeiro passo para o enfrentamento dessa realidade é entendermos que a violência está atrelada a múltiplas determinações, compreendendo a mesma como um processo social ligado às relações sociais entre sujeitos diversos.

1.2 A tipologia da violência escolar

A Organização Mundial da Saúde – OMS (2002) propõe a tipologia da violência em três grandes grupos: violência auto infligida, violência interpessoal e violência coletiva. A violência auto infligida é aquela dirigida a si mesmo, como por exemplo, comportamento suicida e automutilações; a interpessoal é aquela realizada de uma pessoa contra outra, podendo ser familiar ou comunitária (escolas, abrigos, etc.); e a violência coletiva é aquela praticada por grandes grupos ou até mesmo pelo Estado. A OMS(2002) também identifica a violência quanto à natureza dos atos, que pode ser: física - como lesões corporais, sexual - como práticas eróticas, psicológica - como as agressões verbais, e negligência ou abandono. Embora a tipologia e natureza da violência trazida por essa Organização seja de grande importância, não se deve considerar apenas esses aspectos ao se tentar conceituar a violência.

Para Charlot (2002), a violência escolar divide-se em três grupos: a violência na escola, à escola e da escola. A primeira é aquela que acontece dentro do espaço escolar, mas não está ligada à instituição em si, sendo a escola meramente o espaço físico onde ocorre a violência que poderia ter se materializado em qualquer outro lugar, como por exemplo brigas por rivalidade entre facções criminosas. A violência à escola está relacionada diretamente com a instituição, sua natureza e atividades. Nessa modalidade, encontram-se violências ao patrimônio escolar, como por exemplo, pichações, quebra de carteiras, dentre outras. A terceira e última classificação diz respeito à violência praticada pela escola, como uma violência institucional e simbólica.

A violência simbólica, segundo Bourdieu (1994 apud ASSIS e MARRIELI, 2010, p. 57), ocorre por símbolos e sinais de poder, de distinção, de discriminação e de dominação. Essa violência ocorre de forma mais velada através das relações de poder nas quais há um grupo dominante e outro dominado. Esse tipo de violação costuma ocorrer entre o abuso de autoridade do professor sobre o aluno.

Priotto (2008) ampliou a classificação de violência escolar apresentadas por Charlot (2002) e Abramovay (2005), propondo uma diferenciação entre violência na escola, violência contra a escola, e violência da escola, com outras modalidades de violência que não foram contempladas nas definições de outros autores.

Para a autora, a violência na escola pode ocorrer por meio das expressões do fenômeno no dia a dia da escola, podendo ser ela:

Física – contra o(s) outro(s) ou contra o grupo, contra si próprio (suicídios, homicídios, espancamentos, deferimentos, roubos, assaltos, ferimentos, golpes, estupro, agressões sexuais, exibicionismo, porte de armas que ferem, sangram e matam; drogas (uso, oferta, venda, distribuição de Álcool, Tabaco, Maconha, Cocaína, Crack, Merla, Anfetamínicos e outros). Incivilidades - desacato, palavras grosseiras, indelicadeza, humilhações, falta de respeito, intimidação ou *bullying* (PRIOTTO, 2008, p.92).

A violência contra a escola é definida como:

[...] atos direcionados à instituição escolar em si, ao espaço físico. Estes atos são de “vandalismo, incêndios e destruição, roubo ou furtos do patrimônio como: paredes, carteiras, cadeiras, portas, cabos de fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares” (PRIOTTO, 2008, p.92).

As escolas, em grande maioria públicas, geralmente já sofrem com a falta de equipamentos e a mal conservação, e esse problema se agrava com as depredações, arrombamentos e roubos realizados tanto por pessoas alheias, como pela comunidade escolar. Já no ano de 1990, Sposito (2002) aponta que atos de vandalismo e depredações contra o patrimônio escolar se destacavam na modalidade de violência escolar. Na pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2017), constatou-se que 94,3% das escolas apresentam sinais de depredação (vidros, portas e janelas quebradas), sendo que 48,2% dos entrevistados consideram que esses sinais de depredações são muitos e 46,1% afirmam que existem sinais, porém poucos.

Por fim, Priotto (2008) define a violência da escola sendo aquela praticada pela instituição, na qual as ações geradas pela mesma comprometam a integridade do indivíduo violado. Tais violências se expressam por meio do abuso do poder, quando um indivíduo sempre fica submisso à autoridade do outro seja por meio de regras, normas, do modelo pedagógico. Ela gera graves consequências, como evasão escolar, que também tem outros fatores associados à mesma. Também a estrutura física da instituição muitas vezes acarreta em violação como a instalação de grades em janelas e portas.

Como visto anteriormente, existe uma grande variedade de violências que se manifestam nas escolas e que precisam ser estudadas e problematizadas para que seja possível entender o fenômeno e construir ações de enfrentamento. A seguir discutiremos um pouco mais a fundo sobre a violência na escola, a partir da definição feita por Charlot (2002) e ampliada por Priotto(2008).

1.3 Discutindo a violência escolar

Na escola, são muitas as violências observadas: agressões físicas, sexuais e psicológicas, *bullying*, racismo, homofobia, tráfico de drogas, dentre outras. A seguir, são discutidas algumas delas.

As agressões, tanto físicas quanto psicológicas, são bem recorrentes no espaço escolar, seja entre alunos ou entre funcionários da escola e alunos. Abramovay e Rua (2002) afirmam que a briga é a modalidade de violência que mais se manifesta nos estabelecimentos de ensino, principalmente entre alunos. Elas começam, geralmente, por agressões verbais como xingamentos e humilhações. Embora a violência verbal (psicológica) seja visualizada como uma questão menor, como uma micro violência, é preciso estar atenta a mesma, pois além de ter um impacto negativo em quem sofre essa violação, a mesma constitui a porta de entrada para a violência física (ABRAMOVAY, 2005). Abramovay (2005) realizou uma pesquisa em escolas públicas de cinco capitais brasileiras e no Distrito Federal onde revelou o registro de atos e situações que envolvem violências em tais instituições. A pesquisa revelou que as agressões verbais mais frequentes entre os atores escolares são ofensas, xingamentos, difamação, insultos, ameaças, dentre outras.

No que se referem às agressões físicas, elas tendem a ocorrer mais frequentemente entre alunos e ganham maior visibilidade pelo grau de violência e agressividade envolvido, pelos instrumentos e mecanismos utilizados para atacar o adversário (ABRAMOVAY, 2005). A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE (IBGE, 2015) vem revelando dados importantes sobre a violência escolar no Brasil. No ano de 2015, durante a realização da pesquisa com estudantes do 9º ano do ensino fundamental dos municípios das capitais e Distrito Federal, constatou-se que nos 30 dias que antecederam o estudo, 5,7% dos escolares tiveram envolvimento em briga na qual alguém usou alguma arma de fogo. No que se refere ao envolvimento em alguma briga com arma branca, 7,9% dos escolares declararam envolvimento. Embora os dados indiquem um baixo percentual do uso de armas, sendo de fogo ou não, nas brigas escolares é preciso ter a consciência da gravidade que as mesmas causam, levando até a ocorrência de homicídios em casos extremos. Segundo Waiselfisz (2016) no Brasil, somente no ano de 2014, 967.851 pessoas foram vítimas fatais por armas de fogo. A presença das mesmas nas escolas assusta e traz uma sensação de insegurança.

O *bullying*¹ vem sendo reconhecido como um grande problema que se apresenta nas escolas, causando muitas vezes sérios desdobramentos. Esta ramificação da violência possui a intenção de ferir, de constranger, de ofender outra pessoa. Conforme afirma Oliveira (2015), este fenômeno é tão antigo quanto a existência da escola e se constitui como um problema mundial, contudo só a partir da década de 70 que este tema ganha destaque.

As agressões ocasionadas pelo *bullying* podem ser: físicas diretas, com agressões em grupo ou individualmente a um sujeito (como empurrões, socos, roubos, etc.); verbais diretas com provocações em público (como xingamentos, ameaças, apelidos maldosos) e agressões indiretas, como a exclusão de grupos, isolamento, difamação por meios de tecnológicos conhecido como cyberbullying (ZEQUINÃO et al, 2016). Ainda segundo os autores citados anteriormente, o que diferencia o *bullying* das demais violências é o fato do mesmo ser um ato intencional e constante direcionado a um único indivíduo.

Segundo Oliveira (2015), o *bullying* compromete o processo de socialização do sujeito, impedindo a convivência em grupo e o aprendizado do mesmo, uma vez que muitos deles apresentam resistência em continuar frequentando a escola. Pesquisa realizada pelo PeNSE (IBGE,2015) mostra que 19,8% dos escolares afirmaram terem sido alvo de *bullying* durante os 30 dias que antecederam a realização do estudo. No ano de 2012, a mesma pesquisa apontou que 7,2% dos alunos apontaram sofrer esta violência pelos colegas. Isso demonstra o quanto esse fenômeno vem aumentando e ganhando visibilidade, principalmente no ambiente escolar.

O *bullying* pode envolver os indivíduos de diferentes maneiras, fazendo com que esses assumam posições distintas, como vítimas, agressores e vítimas-agressoras (ZEQUINÃO et al, 2016). Não é incomum nos depararmos com situações, não só no Brasil e sim mundialmente, de indivíduos que sofreram com essa violência e acabaram cometendo outras violências mais extremas, como suicídio e homicídio, para tentar dar fim a esta situação.

Também se manifestam nesses espaços a homofobia e as discriminações raciais. Segundo a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e

¹ Segundo a Lei nº 13.185, de 6 de Novembro de 2015, o *bullying* pode ser entendido como todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas

Transexuais (2015, p.23), a homofobia é a “rejeição e/ou aversão a qualquer forma de expressão da sexualidade diferente dos padrões heteronormativos”. Com isso, muitas pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo sofrem discriminação, sendo xingados, apelidados, etc. Já o racismo é definido pelo Ministério da Educação (2006) como manifestação do preconceito racial e pode ser gerado através de um gesto, de um olhar e até de palavras que acabam por ferir e marcar moralmente a pessoa.

A violência sexual está cada vez mais presente na sociedade, fazendo vítimas independente de idade, etnia ou sexo, causando um impacto profundo sobre a saúde física e mental desses indivíduos. Cerqueira e Coelho (2014) verificaram em sua pesquisa que 88,5% das vítimas da violência sexual, sobretudo do estupro, eram do sexo feminino e mais de 70% eram crianças e adolescente. É nítido que esse tipo de violência atinge significativamente mais o gênero feminino.

A OMS (2002) define a violência sexual como:

Qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejados, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles. (OMS, 2002, p.147)

Abramovay e Rua (2002) trazem a categoria do assédio sexual como um processo muito mais amplo, englobando também a intimidação sexual, como olhares, gestos, comentários ou piadas obscenas.

Para Florentino (2015), a violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser compreendida a partir de duas especificidades: exploração sexual e abuso sexual. A exploração sexual é dada pelo comércio do corpo/sexo transformando o mesmo em mercadoria, forçadamente ou não. Já o abuso sexual caracteriza-se por qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente.

Ainda segundo a OMS (2002), para muitas jovens, a escola aparece como o lugar onde a coação e o assédio sexual acontecem com maior frequência. No ano de 2015 foi incluído, pela primeira vez, no estudo da PeNSE (IBGE,2015) a questão da violência sexual. Segundo os dados coletados dos escolares do 9º ano entrevistados, 4,0% responderam já terem sido forçados a ter relação sexual. O percentual para meninos foi de 3,7% e para as meninas de 4,3%. Esses dados reforçam que as

mulheres constituem as maiores vítimas dessa violência. É importante ressaltar, como afirmam Libório e Camargo (2009), que a escola tem o compromisso e a responsabilidade de informar às autoridades competentes casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos, o que inclui a violência sexual.

De acordo com Abramovay (2005), droga, em um sentido geral, pode ser como definida como qualquer substância capaz de exercer um efeito sobre o organismo, alterando assim seu estado natural. A utilização dessas substâncias tornou-se motivo de preocupação constante da sociedade brasileira. Como já é de conhecimento da grande maioria das pessoas, as drogas são divididas em dois grupos: as lícitas e as ilícitas, sendo as lícitas as legalizadas no país, isto é, produzidas e permitidas por lei comercializar e as ilícitas, as proibidas de qualquer tipo de produção e comercialização. Como um problema presente na sociedade, essa questão também adentra as escolas causando grande preocupação.

A fase da adolescência é um momento de curiosidades, descobertas marcadas por conflitos externos e internos que muitas vezes levam à experimentação dessas drogas. A PeNSE (IBGE,2015) demonstrou em seus dados que 11,4 % dos estudantes, tendo faixa etária entre 13 à 17 anos, revelaram ter usando drogas ilícitas nos 30 dias que antecederam a entrevista. Com relação às drogas lícitas (cigarro e álcool), 75,7 % dos estudantes revelaram ter usando essas substâncias nos últimos 30 dias que antecederam a entrevista. Através dos dados apresentados, percebe-se o quanto é forte a presença das drogas no ambiente escolar.

Através dos dados apresentados é possível perceber que ao mesmo tempo que os jovens são os principais autores (não os únicos) das violências que ocorrem nas escolas, eles também são as principais vítimas desse fenômeno (CHARLOT, 2002). Inclusive a maior parte das políticas ligadas a prevenção da violência escolar são direcionadas a este público (FALEIROS; FALEIROS, 2008; BRASIL,2011; UNESCO, 2001).

A seguir, foi elaborado um mapa mental sobre a violência escolar, dividindo a mesma em três segmentos distintos (violência DA escola, CONTRA escola e NA escola), como feito anteriormente, com o objetivo de sintetizar e apresentar de maneira lúdica essas tipologias já discutidas no texto.

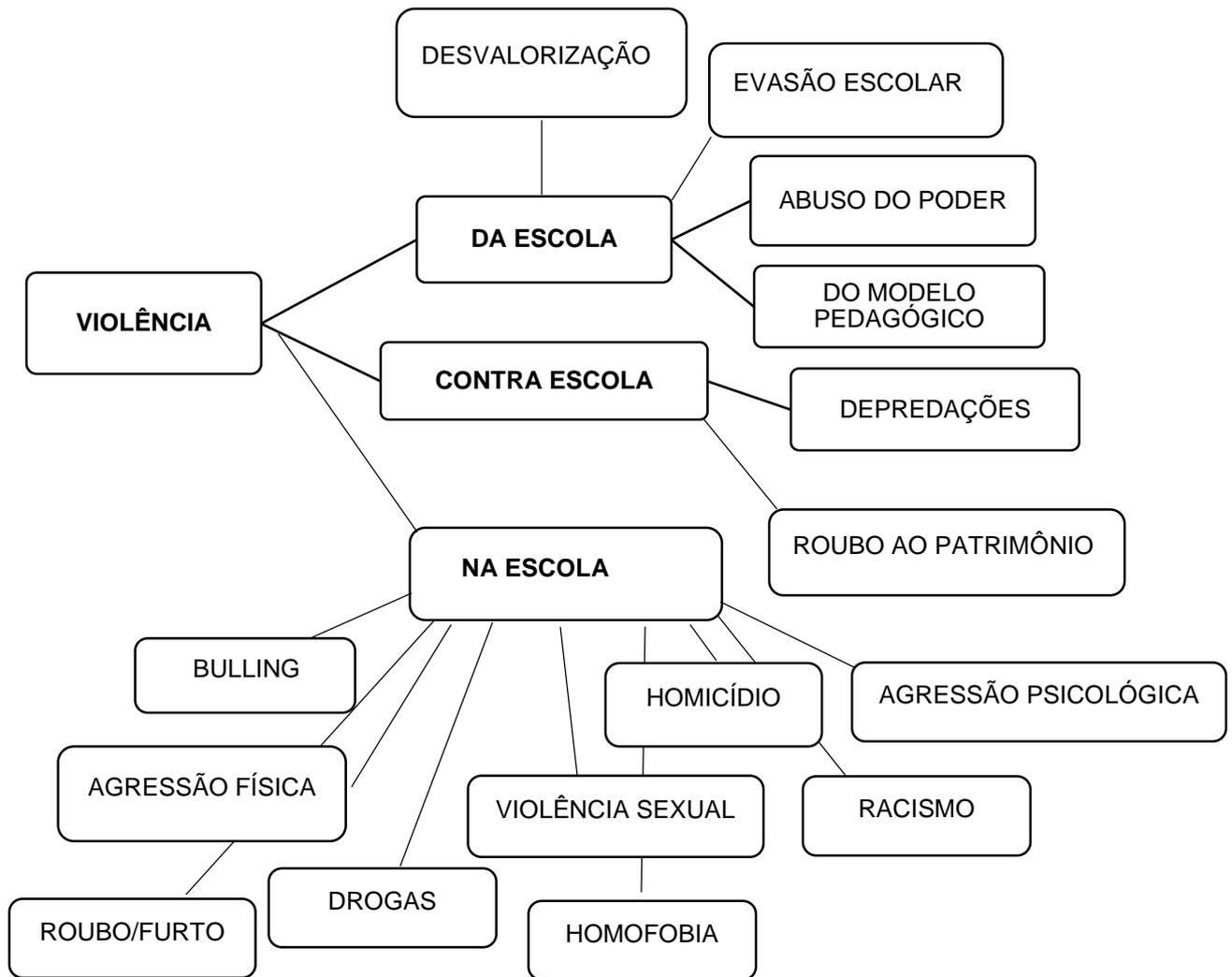


Figura 1: sobre a violência escolar

Fonte: autoria própria a partir da proposição de Charlot e Priotto. *Mapa mental*

Feita a discussão sobre as várias definições de violência e violência escolar, bem como sua tipologia, avançaremos para as questões relacionadas ao enfrentamento dessa violência. O próximo capítulo irá debruçar-se sobre os desafios postos para a concretização desse enfrentamento, a atuação das políticas públicas nesse contexto, as ações intersetoriais implementadas que foram benéficas no combate a este fenômeno bem como a importância da atuação do assistente social frente a essa demanda.

2. DESAFIOS DA INTERVENÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Por se tratar de um fenômeno multifacetado, a violência, em especial a que se manifesta nas escolas, precisa ser enfrentada de forma articulada, uma vez que, sozinha, a escola não tem capacidade de amenizar ou solucionar esse problema.

2.1 Os desafios da intervenção no combate à violência

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, não existe um conceito unânime para se definir a violência, pois a mesma faz parte de um processo complexo que surge em diferentes contextos e em diferentes formas. Se conceituar este fenômeno já não é tarefa fácil, imagine extingui-lo ou ameniza-lo.

Enfrentar esta problemática que atinge as escolas não é papel somente desta instituição, pois a violência que atinge a mesma possui tantos fatores internos como externos (ABRAMOVAY,2003) e a gestão escolar, por mais qualificada que possa ser, não tem condições de responder a todas essas demandas de forma eficaz.

Uma pesquisa realizada por Venas (2008), em uma escola pública de Salvador, mostra o despreparo de uma determinada gestão escolar frente à violência em seu ambiente. O problema começa quando os atores envolvidos não se reconhecem como parte da gestão e nem sabem ao certo o papel que a mesma ocupa dentro da instituição. Em relação ao enfrentamento da violência escolar, tanto a gestão quanto os alunos perceberam que as medidas adotadas para o enfrentamento da violência se resumem nas seguintes etapas: chamar os envolvidos para conversar, chamar os responsáveis, suspender os alunos e, por último, existe um “convite” para que o aluno saia da escola. Com isso, percebe-se a ineficiência da forma de se combater a violência que se manifesta na escola, principalmente nas de rede pública.

Um dos fatores que dificultam o enfrentamento deste fenômeno é a falta de investimento tanto nos recursos humanos quanto nos estabelecimentos escolares. São exemplos: funcionários em condições precárias de trabalho, mal remunerados e sem capacitações necessárias ou o espaço físico da instituição comprometido, sem materiais adequados, sem oferecer um espaço atrativo para se desenvolver uma educação de qualidade.

Devido aos desdobramentos e a gravidade dos fatos, o poder público é cada vez mais requisitado para o enfrentamento da violência escolar, na busca por obter

respostas para o problema. E tais respostas devem ser dadas por meio da efetivação de políticas públicas. A política pública

[...] é uma intervenção do Estado na realidade social, com instrumentos públicos ou determinações administrativas, no sentido de atender necessidades sociais (direitos), interesses de grupos, individuais ou próprios, e/ou gerenciar conflitos, entendendo que é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. (PRIOTTO, 2008, p.116)

Dessa forma, as políticas públicas devem ser encaradas como ações que emergem a partir de demandas sociais a fim de garantir direitos aos cidadãos. Tais políticas orientam os programas ou ações desenvolvidas e que têm como finalidade o enfrentamento de questões consideradas públicas.

Não há como negar a existência das políticas públicas voltadas para a redução da violência escolar no Brasil, contudo essas ações ocorrem, muitas vezes, de forma fragmentada e descontinuada. Sposito (2002) afirma que desde a década de 80 o poder público se divide entre ações/programas baseados em práticas educativas para o enfrentamento da violência nas escolas e entre a repressão baseada na segurança. As mesmas têm sido elaboradas, predominantemente, em esfera municipal e estadual. No âmbito federal, as políticas de combate à violência escolar não partiram, inicialmente, do Ministério da Educação, mas, sim, do Ministério da Justiça (GONÇALVES; SPOSITO, 2002). Existiam também programas desenvolvidos através de práticas educativas, que utilizavam o lazer, esporte e cultura como estratégia para combater o problema.

Devido à complexidade do fenômeno outros atores, como por exemplo o Ministério da Saúde e a UNESCO, passaram a desempenhar cada vez mais importantes papéis no combate a esta problemática trazendo projetos e programas para dentro do espaço escolar (OLIVEIRA, 2015). O Ministério da Educação (MEC) também possui relevância nos programas voltados para a prevenção da violência escolar. A exemplo, temos o programa Escola que Protege (Eqp), que é destinado para a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, além do enfrentamento e prevenção das violências que os mesmos estão expostos, inclusive no contexto escolar. O ponto central deste programa é o financiamento de projetos de formação continuada de profissionais da educação da rede pública de educação básica, compartilhando com educadores(as) informações sobre as diferentes formas de violência

que as crianças e adolescentes estão expostas. Também são produzidos materiais didáticos e paradidáticos nos temas do projeto, como trabalho infantil, violência sexual, dentre outras expressões da violência ligados a esse público (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Como reflexo da intensificação de medidas de segurança adotadas nas escolas, sobretudo nas décadas de 80 e 90 (SPOSITO, 2002), a presença da polícia passou a ser integrada ao cotidiano desta instituição. A sociedade carrega consigo um senso comum de que a figura da polícia é sinônimo de segurança, como se este segmento por si só fosse capaz de resolver as questões ligadas à violência. Contudo segurança pública é muito mais que força policial, envolve educação, direitos humanos, saúde e todos os outros elementos fundamentais para os indivíduos possam viver em harmonia, respeitando um ao outro.

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 144 define como papel da polícia uma “polícia ostensiva e de preservação da ordem pública”. Abramovay (2005) afirma que, apesar do papel da polícia ser delimitado legalmente, a presença dos policiais nas escolas é permeada por diversos desdobramentos que muitas vezes ultrapam a legalidade da coisa. A autora desenvolveu uma pesquisa onde apontou que a grande parte dos atores escolares entende o papel da polícia como fundamental para que a escola funcione bem. Contudo destacou que o papel deste segmento dentro da escola causa situações de risco para comunidade escolar. Constatou-se também que o papel da polícia dentro da escola talvez esteja mais relacionado ao papel de amedrontar, intimidar os alunos quando os profissionais ligados à instituição não conseguem solucionar o problema, o que pode gerar outras formas de violência. Com isso Abramovay define o papel do policiamento nas escolas como ambíguo.

É nítido que as ações relacionadas à segurança devem ser desenvolvidas por meio das políticas públicas. Entende-se que a segurança, materializada muitas vezes pelo policiamento, seja parte de uma rede de enfrentamento à violência escolar, porém ela não pode ser a única medida a ser adotada, pois este fenômeno precisa ser enfrentado por distintas áreas de conhecimento. Quando a violência que se manifesta na escola for tratada meramente como questão de segurança, trazendo como “solução” o policiamento nesta instituição, as medidas de caráter educativo tenderam a ficar para trás, reiterando certas concepções enraizadas na sociedade

brasileira, que tendeu a tratar a questão social como questão de polícia (ABRAMOVAY, 2005).

Não existe dúvidas que há um despreparo das escolas, seja por falta de informações ou capacitações, frente ao enfrentamento da violência. Em muitos episódios de violação a mesma não sabe ou consegue contatar instituições parceiras para a resolução do problema. Sposito(2002) inclusive relata que os próprios policiais, ressentem-se pela frequência com que são chamados por questões cotidianas que não lhe cabem e seriam resolvidas no âmbito interno da escola ou por outros órgãos.

Quando fez-se a classificação da tipologia das violências que atingem a escola pôde-se constatar que o enfrentamento deste fenômeno precisa englobar uma série de setores, uma vez que são demandas multidimensionais. Envolve, por exemplo, a saúde para prevenir e tratar os danos físicos e psicológicos derivados dessa violência, envolve o conselho tutelar nos casos envolvendo violações de direitos de crianças e adolescentes, dentre outras instituições que possuem funções específicas dentro desse processo. Por isto, é de extrema necessidade trabalhar com ações intersetoriais, para o combate desse fenômeno.

2.2 A importância do suporte intersetorial para o enfrentamento da violência escolar e ações que já foram implementadas

O fenômeno da violência é complexo e por isso requer um olhar constante, trabalho permanente, o envolvimento de diversos setores e o apoio do Estado para o enfrentamento da mesma. De acordo com Junqueira (2004), o caráter fragmentado das políticas públicas, especialmente da política social, só pode ser superado através de ações integradas que ultrapasse a dificuldade em atender as demanda dos seus usuários de maneira totalizante e com equidade, podendo dessa forma garantir a igualdade de condições às pessoas desiguais proporcionando melhoria na qualidade de vida.

Uma ação intersetorial provoca mudanças nas ações e nos conhecimentos das organizações gestoras de políticas e exige uma articulação de saberes, como afirma Junqueira:

A intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses. [...] É uma nova lógica que determina a atuação das organizações [...] por uma elaboração integrada de saberes e de percepções do homem e de sua realidade social. (JUNQUEIRA, 2004, p. 132)

Ainda segundo Cavalcanti; Batista; Silva (2003):

A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a articulação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais. (CAVALCANTI; BATISTA; SILVA, 2013, p.2)

Através dos conceitos apresentados pode-se constatar que há um consenso referente ao caráter articulador da intersetorialidade, de superação da fragmentação das políticas públicas para que seja possível alcançar um objetivo em comum visando a promoção da melhoria de vida através da efetivação de direitos.

É importante ressaltar que para que haja efetivação da interdisciplinaridade é essencial que os profissionais envolvidos tenham consciência de que sua ação não se encontra isolada da de outros profissionais, é preciso intervir conjuntamente. (CARVALHO, 2012)

A noção de rede surge para complementar à perspectiva da intersetorialidade. Este termo designa tanto uma dimensão conceitual quanto instrumental direcionada a uma construção social dependente do envolvimento de diversos atores (Instituições, municípios e estados) para se alcançar um objetivo comum que se materializa, de melhor forma, através de parcerias entre sujeitos individuais ou coletivos. Ou seja, é um trabalho que busca estabelecer uma associação entre diferentes e áreas de conhecimento no sentido de trabalharem juntos em prol de um objetivo em comum. Consiste na união, apesar das diferentes áreas de atuação dos setores envolvidos, tentando estabelecer vínculos intencionais que superem a fragmentação e os limites para a superação da violência. (JUNQUEIRA, 2004)

O trabalho em rede garante “uma visão ampliada das situações, permite que se planejem ações integradas e é uma forma de compartilhar responsabilidades sobre os casos, permitindo que cada setor atue com foco nas questões que lhe ca-

bem.” (FERREIRA, 2010, p. 204). Quando falamos de atuação em rede estamos nos referindo ao trabalho que exige organização do sistema de atendimento, prevenção e responsabilização dos setores envolvidos. Não há hierarquia de saberes, cada qual possui um papel importante neste processo. Além disso, o mesmo pressupõe que as demandas serão atendidas na sua totalidade, visando superar ações de caráter fragmentado e descontinuado, inclusive relacionadas a violência escolar.

O desenvolvimento de competências para solução de problemas multidimensionais, como a violência, pressupõe a habilidade para o diálogo intersetorial, um trabalho em rede. Isso muitas vezes constitui o problema do trabalho em rede, principalmente em âmbito municipal, onde as redes não dialogam entre si, fragmentando a ação e sua potencialidade. Em relação às políticas públicas intersetoriais, sobretudo em esfera federal, o que fragmenta as ações e programas desenvolvidos são a descontinuidade dos mesmos ou a falta de investimentos.

Muitos programas intersetoriais já foram implantados nas escolas envolvendo diversas áreas de conhecimento, como da Saúde, Educação, Direitos Humanos, dentre outros segmentos. Isso reforça a ideia de que a segurança no espaço escolar não é só questão de áreas do Estado relacionadas a Justiça. Veremos agora programas intersetoriais que já foram implantados nas escolas brasileiras e que surtiram efeitos positivos no combate às violências que se manifestam nas mesmas.

Programa Saúde na Escola (PSE)

Sabe-se que a violência é considerada como caso de saúde, pois ela afeta a saúde individual e coletiva dos sujeitos envolvidos, causando sofrimento físico e mental aos mesmos. Quando são lançadas questões relacionadas a melhoria da qualidade de vida da população, a saúde e a educação são áreas bastante recorridas, uma vez que o diálogo entre elas estabelece um caminho importante para a conquista desse objetivo (CARVALHO, 2015).

Foi instituído no Brasil, no ano de 2007, o Programa Saúde na escola sendo uma política de governo voltada à intersetorialidade, unindo esforços das políticas de educação e saúde voltadas às crianças, adolescentes e adultos da educação pública brasileira com o objetivo de promover o total desenvolvimento desses usuários. (BRASIL, 2011). Neste referido programa, são previstas ações amplas que vão desde a avaliação clínica e psicossocial (Tratamento de doenças, avaliação nutricional, saúde bucal) até a promoção da saúde e prevenção (como a promoção da cultura

de paz e prevenção das violências e a promoção da saúde ambiental e desenvolvimento sustentável).

Dentro das ações relacionadas a promoção e prevenção da saúde na escola, o PSE conta com a Promoção da Cultura de Paz e Prevenção das Violências, onde prevê a realização de atividades no cotidiano da escola abordando as temáticas da diversidade sexual, bullying, homofobia, discriminação e preconceito, violência doméstica e sexual, a tentativa de suicídio e/outras, além dos acidentes no entorno e na escola. Ainda de acordo com esse programa, é fundamental que exista uma análise dos eventos de violência que se manifestam nas escolas e que possam estar interferindo na saúde e aprendizagem das crianças e dos adolescentes, com desdobramentos nas demais esferas da sociedade como na família e comunidade (BRASIL,2011).

As diretrizes que norteiam as ações Promoção da Cultura de Paz e Prevenção das Violências são:

- Transversalização, em todas as atividades de grupo, dos princípios de respeito mútuo, da solidariedade, da cooperação e da valorização da vida e do meio ambiente, das diferenças de gênero, geracionais, étnico-raciais, regionais, socioculturais, religiosa etc., promovendo o envolvimento e o protagonismo da criança e do adolescente na construção e execução de projetos na escola e na comunidade;
- Criação de atividades que integrem e promovam vínculo afetivo entre os atores envolvidos, conjugando trabalho e prazer na realização das atividades escolares;
- Atenção permanente a comportamentos da criança e do adolescente que sejam sujeitos da vivência de situações de violências, negligências ou discriminação, como: lesões físicas, dificuldades de aprendizagem, isolamento, choros frequentes, irritação, entre outras;
- Fortalecimento da notificação da violência doméstica, sexual e outras violências, de acordo com que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Articulação das Redes de Educação, Atenção à Saúde, Proteção Social, Defesa e Responsabilização com os Conselhos Tutelares no enfrentamento às situações de violências, negligência e discriminação contra crianças, adolescentes e jovens;
- Qualificação permanente dos profissionais da saúde e da educação para a escuta qualificada, na perspectiva do acolhimento, da tolerância e respeito à diversidade e da solidariedade. (BRASIL, 2011, p. 42)

As ações diretamente ligadas a questão clínica também se fazem importante nesse processo, pois garante o tratamento dos agravos causados pela violência, seja na forma física ou psicológica, envolvendo profissionais de enfermagem, medicina, psicologia, dentre outras áreas relacionadas a saúde. Através das informações

apresentas percebe-se a importância que o PSE constitui para a melhoria da qualidade de vida dos seus usuários.

Abrindo Espaços: Educação e Cultura Para a Paz

Quando se fala no enfrentamento da violência, a cultura da paz sempre se faz presente. Segundo Noletto; Castro; Abramovay (2004), esta cultura diz respeito a um conjunto de comportamentos, valores, costumes e modos de vida baseados em:

(a) Respeito pela vida, fim da violência e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; (...) (c) Respeito total e promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; (...) (f) Adesão aos princípios da liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre nações (...) (NOLETO; CASTRO; ABRAMOVAY, 2004, p. 48)

No ano de 2000, como estratégia para eliminar e combater a pobreza, favorecer a cultura de paz, promover educação para todos e a construção de uma nova escola para o século que se iniciava, a UNESCO propôs a abertura das escolas públicas nos finais de semana com atividades de esporte, arte, cultura e lazer para atrair os jovens, colaborando para a reversão do quadro de violência e construção de espaços de cidadania. Este programa possui três focos: o jovem; a escola e a comunidade.

O Abrindo Espaços: Educação e Cultura Para a Paz, baseou-se em experiências positivas de países como Estados Unidos e França, onde o trabalho com jovens envolvendo a arte, cultura e esporte tem-se constituído importante para a redução do envolvimento de jovens em situações de violências. As atividades realizadas são aplicadas e supervisionadas por voluntários, professores, membros da comunidade, ONGs parceiras do programa (NOLETO; CASTRO; ABRAMOVAY, 2004),

Sabe-se que as práticas esportivas são essenciais para a garantia de uma vida saudável, prevenindo doenças e aumentando a disposição para as atividades cotidianas. Mas para além disso, o esporte também pode ser utilizado como forma de conter a agressividade, especialmente relacionadas aos jovens. Esportes ligados às formas de luta, como caratê e judô, podem funcionar como um mecanismo para driblar à violência que as vezes são originadas, por sentimentos de poder, reconhecimento, ou pela adrenalina. As regras adotadas por cada modalidade de esporte

ajuda a transmitir valores como respeito, solidariedade, diversidade e tolerância, o que ajuda na tarefa de prevenir a violência. (LIMA; SILVESTRE, 2017)

Com isso fica nítido que a Educação física é uma importante aliada no combate da violência nas escolas, promovendo a integração entre crianças e adolescentes, sendo transmissora de valores fundamentais para a construção de uma cultura de paz e redução da agressividade.

O Abrindo Espaços trouxe experiências positivas em estados e municípios que aderiram ao programa. O texto traz como exemplo as experiências pioneiras no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Durante a realização das pesquisas de avaliação, constatou-se que o programa trouxe impactos positivos tanto para os atores escolares quanto para a comunidade em geral, como:

[...] a possibilidade de ampliação do universo cultural dos jovens e dos professores; a aproximação entre a escola e a família; o reconhecimento do espaço escolar como instância de cuidado e de não-exposição da juventude a situações de violência; a possibilidade de se desenvolverem novas alternativas de convivência entre jovens de diferentes grupos no interior da escola ou externamente a ela; o estabelecimento de maior aproximação e solidariedade entre os jovens, os professores e as comunidades, viabilizando espaços de encontro, diálogo e afetividade. (NOLETO; CASTRO; ABRAMOVAY, 2004, p.)

Referente às situações de violência verificou-se que o programa ajudou a diminuir a mesma, independentemente do local onde ocorra. Segundo Noletto; Castro; Abramovay (2004), 70% dos alunos, alegaram que o Abrindo Espaços ajudou a diminuir a violência na escola, no seu bairro (43%) e na unidade familiar (36%). Nota-se que o mesmo constitui uma importante ferramenta para a redução desse fenômeno.

Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência (PROERD)

Em 1983, nos Estados Unidos, surgiu um programa chamado Drug Abuse Resistance Education - D.A.R.E., que tinha como objetivo de reduzir o uso de drogas que muitas vezes levavam os usuários a práticas violentas ou criminosas. Em 1992, o programa foi adaptado no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, onde posteriormente se espalhou por todo país. Neste projeto, existe uma ação conjunta entre a polícia militar, escola e comunidade, com o intuito de prevenir o abuso de drogas e a violência entre estudantes. No programa, policiais militares fardados e capacitados para estarem nesse ambiente, desenvolvem um curso voltado para a temática (SPENGLER; SILVA, 2017). Muitas dessas ações são desenvolvidas a partir de pe-

ças teatrais, músicas, dentre outras ferramentas que dialoguem com o universo dos estudantes.

Para Spengler e Silva (2017), o PROERD funciona como uma ferramenta de mediação referente à prevenção à violência escolar e ao uso de drogas, possibilitando dentro da escola a educação em valores e uma nova visão acerca dos conflitos, gerando uma maior participação dos estudantes.

A partir dos programas apresentados, pôde-se ver a importância que a inter-setorialidade ocupa no que se refere ao enfrentamento da violência escolar. Agora veremos, em particular, a importância da atuação do assistente social dentro desse universo.

2.3 O papel do assistente social frente à intervenção

A violência que se manifesta nas escolas, ou em outro ambiente qualquer, deve ser entendida como um fenômeno sóciohistórico que se constrói em meio a uma realidade social mais ampla e deve ser conectada ao cenário do conjunto de questões ligadas a desigualdades, exclusão social, dentre outras, que se constituem como vias pelas quais a violência se manifesta e se impõe socialmente. (CARVALHO, 2011).

Por estar inserida no sistema capitalista, a sociedade, de uma forma geral, exala particularidades oriundas desse modo de produção, como por exemplo, a questão social. Segundo Machado,

A questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição, esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas. (MACHADO, 1999, p. 3)

Desta forma, compreende-se tal categoria como a fundamental contradição do modo capitalista de produção (capital x trabalho), contudo podemos perceber a materialização dessas expressões através do desemprego, da violência, do analfabetismo, da fome, na existência de favelas, na falta de leitos em hospitais, dentre outras (MACHADO, 1999). A questão social revela o processo de exclusão e desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista.

Segundo Yamamoto (2005), os assistentes sociais trabalham cotidianamente com as mais amplas expressões da questão social, sendo a mesma a matéria prima

de seu trabalho. Ainda de acordo com a autora, tal categoria ao mesmo tempo em que é desigualdade, é também rebeldia, uma vez que os sujeitos que vivenciam a mesma fazem surgir um movimento de resistência e luta por estarem insatisfeitos com suas condições de trabalho e com um contexto socialmente excludente.

Para Silva (2008), os assistentes sociais possuem uma inserção profissional altamente relevante no campo da violência. Sendo assim, como uma das expressões produzidas pela questão social, tal fenômeno apresenta-se como demanda imediata à intervenção profissional. Seja ligado ao enfrentamento da violência doméstica, contra crianças e adolescentes, ou em qualquer outro ato que envolva a violação dos sujeitos, o fazer profissional do assistente social sempre está presente para intervir na dada realidade.

Esta intervenção envolve os profissionais do Serviço Social no sentido de discutir a violência como uma categoria que se concretiza, sob condições sócio históricas, como um complexo social que envolve essa profissão e exige dos seus profissionais posicionamentos e ações que possam criar, reafirmar ou inibir ocorrências violentas (SILVA, 2008).

Por se tratar de um espaço onde se revelam as contradições do sistema capitalista, o trabalho do assistente social dentro das escolas é de notória importância, seja como componente da equipe escolar ou como parte de uma rede de proteção. O debate da presença deste profissional na área da educação está presente desde o início dos processos sócio históricos constitutivos da profissão, na década de 30. No entanto, é a partir da década de 90, em decorrência do amadurecimento do projeto ético-político profissional e com o aumento das expressões das questões sociais na referida instituição que há, no Brasil, um considerável aumento do Serviço Social na área da educação. (CAMPOS et al, 2011)

Souza (2008) utiliza as perspectivas pedagógicas do Serviço Social em sua trajetória histórica, trazida por Abreu (2002 apud SOUZA, 2008), que diz respeito à “Pedagogia da Ajuda”; “Pedagogia da Participação”; e “Pedagogia da Emancipação” reforçando que a dimensão educativa sempre esteve inserida no fazer profissional desta categoria.

Nos primórdios da profissão era desenvolvida a pedagogia da ajuda, onde a ação profissional era baseada na individualidade do sujeito, que precisava ser ajustado e enquadrado na sociedade para o bom funcionamento da sociedade, como se os problemas que afetassem o mesmo fosse de ordem individual e não produzidas

pelo sistema. A partir da década de 50, a ação profissional estava pautada na pedagogia da participação numa tentativa de integrar a população aos programas governamentais, como possibilidade de promoção social utilizada estrategicamente para acalmar qualquer organização de revolução de massa, já que o país enfrentava na época o pauperismo e a ameaça do comunismo se instaurar. A partir da década de 60, através do processo de redefinição do projeto societário do Serviço Social, o mesmo passa a adotar uma pedagogia emancipatória, uma vez que contesta a ordem vigente, trabalhando nas expressões da questão social estabelecendo estratégias de emancipação da classe operária. Com essa retomada, fica claro como, de maneira sócio histórica, a profissão teve e tem uma ação de caráter educativo.

O perfil educativo do assistente social incorpora-se na medida em que o mesmo transforma a comunicação em estratégia para intervir nas particularidades de cada indivíduo, objetivando que esses ampliem seus conhecimentos para serem capazes de intervir e se reconhecerem como participantes da vida política, econômica, social e cultural da sociedade. Dessa forma, pode-se dizer que uma ação educativa leva o sujeito a qual interage a pensar sobre si e sobre seu papel na sociedade, tendo uma perspectiva emancipatória (SOUZA, 2008).

Compreendendo a demanda manifestada pelas diferentes expressões da questão social, envolvendo diferentes sujeitos e situações que devem analisadas numa dimensão de totalidade, a contribuição do fazer profissional do Serviço Social aos profissionais da Educação materializa-se no sentido de auxiliar e facilitar o enfrentamento de tais questões que dificultam na aprendizagem do aluno, tais como o baixo rendimento escolar, a evasão, o desinteresse pelo aprendizado, os problemas com indisciplina, a insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, a vulnerabilidade às drogas; as atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2011 apud CARVALHO, 2011).

Carvalho (2012, p. 75) afirma que é imprescindível “o conhecimento e domínio das possibilidades e limites da própria profissão tornam-se para que haja interação com as demais profissões.” Por isso, reconhecer suas limitações profissionais é fundamental para um trabalho eficaz em busca da intersectorialidade.

A articulação entre a política de Assistência Social e Educação coloca-se como uma importante estratégia para se intervir em situações de violações, sejam relacionadas à proteção ou à prevenção das mesmas, principalmente referentes ao público de crianças e adolescentes. Além disso, essa articulação tem aspectos posi-

tivos no tocante ao desempenho e na permanência escolar, principalmente em áreas consideradas vulneráveis (CARVALHO, 2011).

Cada vez mais o assistente social vem sendo demandado para a garantia do acesso e da permanência dos indivíduos na educação em escolas ou universidades, intervindo através de programas e projetos governamentais e não governamentais (CARVALHO, 2011). Essas práticas podem ser observadas na formulação e implementação de programas e ações como as políticas de assistência estudantil (bolsas, alimentação, moradia, transporte) e as condicionalidades educacionais dos programas de transferência de renda.

Veremos agora dois programas intersetoriais (Benefício de Prestação Continuada nas Escolas e Bolsa Família), envolvendo a Assistência Social através do Ministério do Desenvolvimento social (MDS), da Educação e outros agregados.

De acordo com o MDS (2015), o Programa BPC na Escola é uma iniciativa intersetorial que articula os ministérios do Desenvolvimento Social (MDS), da Educação (MEC), da Saúde (MS) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e tem como objetivo garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos nas escolas, que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

É por meio do acompanhamento de beneficiários que são apontadas diversas atividades e ações que podem ser feitas para superação das barreiras vivenciadas pelas crianças e adolescentes com deficiência. É uma forma da equipe do Centro de referência de Assistência Social (CRAS) ter encaminhado os beneficiários e suas famílias aos serviços socioassistenciais ou a outras políticas públicas, quando for necessário. (BRASIL, 2015, P. 1)

Dessa forma, pode-se perceber a importância do acompanhamento desses usuários contemplados pelo Programa. Além da superação dos desafios no meio educacional, o Programa também contribui para atendimento socioassistencial dos beneficiários e suas famílias, realizado pelos técnicos do CRAS, podendo expandir a garantia de direitos a estes cidadãos.

Um outro importante programa intersetorial é o Bolsa Família, que proporciona a ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. As condicionalidades existentes como critérios para ser vinculado ao Programa estabelecem uma articulação, que referente à educação diz que:

Todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos das famílias beneficiárias devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas; Jovens de 16 a 17 anos devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas. (BRASIL, 2015, P. 10)

Com isso percebe-se que a luta pela permanência dos alunos nas instituições de ensino formal constitui-se como uma forma de enfrentamento à violência causada pelo sistema capitalista que não garante condições iguais para todos, sendo necessária a intervenção de profissionais capacitados para transformar a dada realidade.

3. A VIOLÊNCIA NA ESCOLA ESTADUAL PRIMITIVA AZEVEDO DE MORAES: A PESQUISA DE CAMPO EM QUESTÃO.

A realização da pesquisa de campo foi dividida em dois momentos. A primeira parte foi realizada no Conselho Tutelar do município e a segunda na referida instituição de ensino.

O primeiro contato com o Conselho Tutelar ocorreu no dia 21 de maio de 2018. O mesmo está localizado na cidade de Conceição do Jacuípe- BA, na Travessa Senhor do Bonfim, Nº 01, Centro. A visita ao órgão teve como intuito identificar a escola da qual eles recebiam o maior número de ocorrências, ou seja, a escola foco. Após a identificação, foi realizada uma visita à mesma, no dia 25 de maio de 2018, quando foi explicado o trabalho em questão e a explanação dos seus objetivos. Então foi feito o convite para a Escola, representada pela Diretora, para ser o lócus do estudo. Aceito o convite, foi entregue uma carta como forma de oficialização (Anexo).

Concluindo o arcabouço teórico do trabalho de conclusão de curso, houve um retorno ao Conselho a fim de executar um dos objetivos propostos: identificar as formas de violência que se manifestam na escola Primitiva Azevedo de Moraes. Nesse momento ocorreu um levantamento dos documentos encaminhados pela Escola, acionando a intervenção do órgão. Foram analisados 36 relatórios num recorte temporal de 1 ano (2016), uma vez que não foram encontrados documentos suficientes para análise no ano de 2017, fato justificado pela premissa de que muitas solicitações teriam sido feitas por telefone. Houve também uma identificação das violências que ocorriam na escola, através das entrevistas feitas aos funcionários, uma vez que não consegui ter acesso aos relatórios, cadernetas ou qualquer outro documento que tivesse registrado as ocorrências violentas que aconteciam na Escola.

Posteriormente foi realizada a pesquisa na própria Instituição de ensino. Inicialmente, houve um levantamento de dados sobre a mesma, a fim de conhecê-la e caracterizá-la. Feita esta etapa, foram realizadas as entrevistas nos dias 27 e 30 de Julho de 2018. As mesmas foram feitas apenas com funcionários da escola, não desconsiderando o papel dos próprios alunos e de suas famílias nesse processo, contudo como não haveria tempo hábil para envolver todos os atores, principalmente pelo fato da maioria dos alunos precisar de autorização dos responsáveis pra realizar as entrevistas e, como estamos tratando diretamente com os desafios de se in-

tervir e enfrentar a violência escolar, envolve uma questão mais de gestão, do diálogo entre diferentes áreas de conhecimento.

Foram entrevistadas 5 funcionárias de diversas categorias ocupacionais dentro da escola, desde a gestão até o auxiliar de serviços gerais. As entrevistas foram gravadas mediante assinatura do termo de consentimento e foram dados nomes fictícios para zelar pelo anonimato dos sujeitos.

ENTREVISTADO	DATA	DURAÇÃO
ENTREVISTADA 1	27/07/2018	00:17:31
ENTREVISTADA 2	27/07/2018	00:07:18
ENTREVISTADA 3	30/07/2018	00:04:04
ENTREVISTADA 4	30/07/2018	00:03:46
ENTREVISTADA 5	30/07/2018	00:03:00

Quadro 1: informações sobre as entrevistas realizadas.

Fonte: Autoria própria.

As entrevistas foram transcritas e adiante foi realizada uma análise das falas dos participantes, elencando-se categorias teóricas a fim da pesquisa não tornar-se meramente descritiva, sem elementos críticos.

3.1 Caracterização da Escola Estadual Primitiva Azevedo de Moraes

A referida Instituição foi fundada em 06 de Janeiro de 1980, servindo a população há 38 anos, Localizada na Rua Emílio Azevedo Barbosa, no Bairro da Ilcuritiba (área urbana de Conceição do Jacuípe), sendo de dependência administrativa estadual, a Escola pode ser contatada através do telefone: (75)3243-2166 ou e-mail: epam.primitiva@hotmail.com. Seu horário de funcionamento é de segunda à sexta-feira, das 07h10 às 11h40 e das 13h10 às 17h40.

No ano de 2018 foram matriculados 389 alunos, cursando os anos finais do ensino fundamental, que vai do 6º ao 9º ano, e tempo juvenil segundo segmento etapa 3 e 4. A maior parte dos alunos está matriculada no turno matutino.

A sede da Escola funciona em um prédio de alvenaria, composta por oito salas de aulas, uma secretaria conjugada com a direção, uma sala para os professores, dois banheiros para os alunos (um feminino e um masculino), um banheiro para os professores e funcionários, uma biblioteca, uma cozinha conjugada com a copa e dispensa para armazenar os alimentos, uma sala para depósito de materiais e um espaço ao fundo dedicado ao lazer e práticas de esportes.

Compõem a equipe da Escola 36 funcionários, distribuídos da seguinte maneira:

FUNÇÃO	QUANTIDADE
Diretor	1
Vice diretor	1
Docente	19
Secretária	1
Auxiliar Administrativo	6
Auxiliar de serviços gerais	6
Merendeira	2

Quadro 2: Quadro de funcionários da escola.

Fonte: autoria própria a partir de pesquisa realizada na escola.

Resultado da unidade escolar no ano de 2016:

Qtd. de alunos	Aprovados	Reprovados	Reprovados por nota	Reprovados por falta	Abandono
420	293	127	100	27	1

Quadro 3: Índices de aprovação e reprovação de alunos no ano de 2016.

Fonte: Projeto político pedagógico da escola Primitiva de Azevedo Moraes, 2017.

No ano de 2016, a maioria dos alunos estava matriculada no turno matutino, tendo 236 discentes. No turno vespertino havia 184. Contudo, o maior de índice de reprovações partiu do período da tarde, onde 97 alunos foram reprovados, superando o número de aprovados que foram 87. Das 97 reprovações, 74 foram por nota e 23 por falta. No turno da manhã ocorreram 30 reprovações, sendo que 26 foram por nota e 4 por falta.

Resultado da unidade escolar no ano de 2017:

Qtd. de alunos	Aprovados	Reprovados	Reprovados por nota	Reprovados por falta	Abandono
385	-	-	-	-	-

Quadro 4: Índices de aprovação e reprovação de alunos no ano de 2017.

Fonte: Projeto político pedagógico da escola Primitiva de Azevedo Moraes, 2017.

No ano de 2017, a maioria dos alunos estava matriculada no turno matutino, tendo 216 discentes. No turno vespertino havia 169 matriculas. Quanto ao índice de aprovados e reprovados, a Escola não conseguiu disponibilizar os dados referentes ao ano de 2017.

No subtópico a seguir, a pesquisa irá tratar de identificar as formas de violência que se manifestam na Escola Primitiva de Azevedo Moraes, respondendo a um dos objetivos específicos deste trabalho.

3.2 Identificação da violência no espaço escolar

Como sabemos, são várias as formas de violência que emergem no cotidiano escolar. Na tentativa de detectar os tipos de violência que se manifestam na Instituição escolhida para a realização do estudo, foram percorridos dois caminhos: uma pesquisa no Conselho Tutelar do município e também através da fala das funcionárias da escola que foram entrevistadas.

Segundo o artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), O Conselho Tutelar “é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.” (BRASIL, 1990). Ainda de acordo com essa Lei, todo município deverá conter ao menos um conselho tutelar, com cinco conselheiros. Eles são responsáveis pela aplicação de medidas que garantem a proteção de crianças e adolescentes quando os direitos que lhes são garantidos por lei forem ameaçados ou violados seja por negligência dos responsáveis, pela ação dos próprios jovens ou por omissão do Estado e da sociedade de um modo geral.

De acordo com o ECA, são atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (BRASIL, 1990)

Referente ao contato entre Conselho Tutelar e escola, a mesma se dá por uma via de duas mãos: tanto o Conselho pode acionar a escola, como a escola pode acionar o Conselho. O mesmo é solicitado não somente para intervir nas diversas formas de violência envolvendo crianças e adolescentes, mas também em outras questões nas quais os recursos internos da escola tenham se esgotado sem a resolução do problema, como faltas frequentes e injustificadas, evasão escolar, uso de drogas e indisciplina grave. Para que o referido órgão possa tomar a devida providência nos casos em que lhes compete, é preciso que haja um relatório com as ações já realizadas pela escola e seus resultados. (FERREIRA, 2010)

Para a análise dos relatórios enviados no ano de 2016 pela Escola Estadual Primitiva Azevedo de Moraes ao Conselho Tutelar, foram observadas as seguintes categorias: os tipos de violência, localidade onde os alunos residem, faixa etária, série, turno em que estudam e as medidas adotadas pela escola antes de chamar o Conselho.

Os tipos de violência e o número de vezes que as mesmas apareceram nos relatórios estão representados no Gráfico 01 a seguir:



Gráfico 1: Tipos de violência encontradas nos relatórios do conselho.
Fonte: Autoria própria

A indisciplina foi a categoria que mais se destacou nos relatórios. Segundo Charlot (2002), a indisciplina pode ser entendida como atos de transgressão e incivildades. As transgressões são entendidas como ações que vão contra as regras estabelecidas pela escola. Os relatórios apontavam como indisciplina o uso de celular em momentos indevidos, atrasos recorrentes na chegada à Escola, o uso de acessórios que não faziam parte do uniforme escolar, como bonés. A incivildade é tida como as ações que rompem a regra da boa convivência, dos acordos que perpassam as relações humanas, como a falta de respeito dos alunos a outros colegas e aos funcionários.

A evasão escolar ocupou o segundo lugar na classificação das violências. Como estabelece Priotto (2008), a mesma é classificada como violência da escola, podendo ser originada através do abuso do poder de funcionários ou do modelo pedagógico da instituição. Contudo a evasão também pode ocorrer por outros motivos que não sejam relacionados diretamente à escola, como questões sociais.

Estudiosos da área apontam que a evasão escolar é um problema que se estende desde a década de 30 no Brasil e apontam como as políticas públicas voltadas para resolução do problema ainda não são totalmente eficazes. A permanência na escola é um elemento inserido no direito à educação, e, portanto, a evasão mesmo que decidida pelo aluno ou seus familiares, representa a negação desse direito

conforme previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. (CARVALHO, 2011)

Com relação ao uso de drogas, as substâncias que apareceram nos relatórios foram: bebidas alcoólicas e o uso de entorpecentes. Abramovay (2005) afirma que fatores como a exclusão social, a perda de referências coletivas e a ausência de projetos de vida dão lugar a situações favoráveis ao consumo de drogas. Contudo a escola é considerada um dos locais mais apropriados para se combater o uso, uma vez que a mesma reúne várias qualificações que auxiliam a propagação da perspectiva da prevenção não só para os alunos como para a sociedade.

As agressões físicas e verbais aparecem lado a lado no Gráfico 01, indicando que há uma relação entre elas. Geralmente antes de haver uma violência física, primeiro acontece a verbal (ABRAMOVAY, 2005). Muitas vezes, as agressões verbais acabam sendo vistas como fatores menores, sem requerer muita atenção, contudo elas têm um impacto grande no indivíduo que a recebe e merece ser tratada com a mesma seriedade que a violência física. As ameaças também foram registradas nos relatórios e ainda de acordo com Abramovay (2005) as mesmas se configuram como uma forma de violência verbal que tem como aliados o silêncio e o medo das vítimas.

As violências existentes na Escola, identificadas pelos profissionais que lá trabalham através da realização das entrevistas foram agressões físicas e verbais:

Aqui a violência acontece de diversas formas. Apelidos com os colegas. É... [...] quando um professor descaracteriza o aluno e o colega de trabalho é violência, agressões entre alunos. Acontece bem nesse sentido assim. Pai de aluno ofendendo a gente. Professor dizendo o que quer a pai de aluno. (ENTREVISTADA 1)

Eu pelo menos percebo na relação de aluno para aluno, tanto de forma física como verbal, que é uma violência que também machuca muito. As vezes eles usam palavras pejorativas com os colegas e com o professor também na sala de aula, que eu acho que o professor não tem obrigação de ouvir isso. A física também até na brincadeira do bater, de dar tapa toda hora, empurrar o colega. (ENTREVISTADA 2)

Bom, em relação a aluno é com xingamentos um com o outro, né? É... De palavras. Acontece também a agressão física, que a gente sabe que onde tem aluno adolescente, a gente sabe que acontece agressões físicas também. Agora menos, bem menos. Mais a agressão verbal, tipo o bullying, né? Um tá falando do outro em relação a algum defeito que o outro tenha. (ENTREVISTADA 3)

Muita violência verbal. Física acontece com menos frequência, mas a verbal eu acho que é pior do que a física porque a verbal fica na mente martirizando. (ENTREVISTADA 4)

Muitas vezes bullying, agressão de um aluno com outro, nas palavras também que eles dizem que ofendem, xingamentos. (ENTREVISTADA 5)

O uso de drogas:

Drogas a gente sabe que hoje está em todos os ambientes, né? Infelizmente. E aqui não é diferente. Toda escola hoje, infelizmente se infiltra gente, quer dizer às vezes a gente não sabe quem é, mas a gente sabe pela movimentação que isso acontece. (ENTREVISTADA 3)

E drogas também, que tá dominando o país. (ENTREVISTADA 4)

Existe também a violência auto infligida, que é a praticada pelo indivíduo afetando a ele mesmo, como destacada a entrevistada 1:

A gente tá com um projeto aí com o governo pra fazer umas reuniões com psicólogos acerca das mutilações, suicídios, essas coisas que também é uma forma de violência do aluno contra ele próprio e contra a família. Temos dois casos confirmados aqui e um que a gente tá desconfiando. (ENTREVISTADA 1)

A automutilação é uma questão clínica que tem aparecido, especialmente entre adolescentes e se destacado nas escolas. De acordo com as autoras Fortes e Macedo, existe uma tensão interna nos indivíduos que se auto infligem, tensão essa que eles não sabem lidar. Este fato foi destacado pela Entrevistada 1 quando afirmou que, “Eles (os jovens) não sabem lidar com as dores, com o diferente, eles não sabem lidar com a inimizade”. Diante desta impossibilidade de colocar em palavras a própria dor, o ato automutilatório se apresenta como uma válvula de escape. Fica claro que este tipo de patologia que viola o próprio corpo, necessita é uma caso de saúde pública que envolve uma série de atores e a escola é um importante locus para identificação desses casos.

A partir das falas das entrevistas pôde-se constatar que a violência física e verbal foram as mais mencionadas, por serem mais fáceis de identificar e por serem mais debatidas. Muitas outras formas de violências ainda permanecem veladas até mesmo pela falta de conhecimento do que seja violência, já que a mesma não tem uma única e simples definição, pois evolui e traz consigo especificidade histórica. (MINAYO, 2006)

Charlot (2002) afirma que os jovens são os principais autores (não únicos) da violência e ao mesmo tempo as principais vítimas, ou seja, quem mais sofre com ela. Contudo percebe-se na grande maioria das falas que, dentre todos os atores que compõem a Unidade Escolar, os alunos são apontados como os únicos que praticam atos violentos na escola, não sendo perceptível ou relatado pelos profissionais as violências praticadas por eles ou pela Instituição.

Quanto à faixa etária dos alunos envolvidos em atos violentos, verificou-se que era entre 14 a 18 anos, que os mesmos residiam em diversos bairros do centro da cidade, a maioria ocupava a 5ª e 6ª série do ensino fundamental e estudavam no período vespertino.

As medidas adotadas pela Escola antes de acionar o Conselho era a tentativa de diálogo com os alunos, advertências, suspensões e o contato com a família. Com isso percebe-se que não há um preparo da gestão para lidar com o fenômeno da violência e a ineficiência de se acionar outras redes, ficando as ações limitadas à Escola e ao Conselho Tutelar.

É importante salientar que, uma vez feita a interação entre o Conselho e a Escola, as decisões passam a ser tomadas em conjunto (FERREIRA,2010). Dessa forma não existe supremacia de uma em relação a outra. A escola pode se tornar um importante aliado do Conselho na sua missão de proteção especial nas situações de ameaça ou violação de direitos.

3.3 Os desafios postos para o enfrentamento do fenômeno

Não há como combater ou prevenir qualquer fenômeno sem conhecer o mesmo. Nesse sentido, uma das perguntas realizadas durante as entrevistas direcionadas aos profissionais foi sobre a compreensão do significado da violência. Essa compreensão, embora não explorada em profundidade, traz importantes subsídios para as reflexões apontadas. Várias foram as definições. Segundo a Entrevistada 1, violência é:

É tudo que tira a dignidade do indivíduo, né? É... Palavra é violência, jeito de olhar é violência, você tirar alguma coisa de alguém é violência, você bater em alguém é violência. (ENTREVISTADA 1)

A Entrevistada 1 liga violência à ideia de moral, no caso, à falta da mesma, uma vez que o fenômeno vai contra a dignidade do outro, agindo forçadamente e

gerando a quebra de valores que regem a ação humana, a convivência em grupo, como afirma Chauí (1998).

A maioria das entrevistadas atribuiu o significado da violência ao ato da agressão em si. Segundo a Entrevistada 2, violência “é tudo aquilo que agride o outro de forma tanto emocional como física.” Para a Entrevistada 3, “violência é tudo aquilo que agride o outro.” De acordo com Charlot (2002) a agressão é tida como todo ato de crueldade, seja física ou verbal. Por envolver a brutalidade, o uso da força, essa é a definição que mais se destaca no conceito do fenômeno.

Outra entrevistada atribuiu um significado mais amplo. Para a Entrevistada 4, “violência é o que a gente tá vivendo, né? Os governantes não estão nem aí pra nada. Ao invés de desviar tanto dinheiro para o bolso, deveria investir no país”, ligando a violência à questão da corrupção.

Através das falas, podemos ver que não existe uma definição unânime para a violência. Isso deve-se ao fato da mesma possuir muitos sentidos, sendo impossível abranger todos os seus aspectos em uma única conceituação. De acordo com Abramovay (2006), conceituar violência envolve certo cuidado, isso porque ela é algo dinâmico e mutável. Sua proporção, materialização e seus significados passam por adequações conforme a sociedade vai se transformando. Ainda, as condicionalidades envolvendo diversos contextos (histórico, cultural, social) lhe concedem uma natureza dinâmica própria dos fenômenos sociais. Portanto não é tarefa fácil conceitua-la e as respostas sucintas demonstram essa dificuldade.

Quanto aos procedimentos adotados pela Escola em casos que envolvam violência, as respostas foram bem similares. De acordo com as entrevistadas:

A escola tenta mediar a situação, tenta evitar os conflitos ao máximo e tentamos todos os caminhos, como conversas, orientação. As advertências são mais verbais do que no papel. Quando vai pra o papel é porque já chegou ao extremo, do extremo, do extremo. A gente dá a primeira advertência escrita, a segunda e quando chega na terceira a gente dá a suspensão e chama a família. Só que na suspensão o aluno não pode mais ficar em casa. Ele continua na escola, fazendo alguma coisa na escola. Ou então quando é um caso extremo e repetitivo a gente faz um encaminhamento para o Conselho Tutelar e informa a família, porque tem coisas que não está mais no nosso alcance. Então a gente encaminha para o órgão responsável pela criança e adolescente. (ENTREVISTADA 1)

A gente tá sempre conversando, né? Quando extrapola um pouco o limite da escola a gente convida a família. Mas na maioria das vezes a gente conversa. Essa semana mesmo fizemos uma reunião falan-

do em relação a questão do bullying, né? Como a escola pensa no projeto de trabalhar no combate ao bullying. (ENTREVISTADA 2)

Bem, geralmente a gente chama os pais, chama o aluno pra conversar na secretaria. O professor também na própria sala de aula chama, conversa, aconselha. Chama-se o responsável pra vir conversar e em último caso chama os órgãos responsáveis como o Conselho Tutelar. (ENTREVISTADA 3)

Uma pesquisa realizada por Venas (2008) mostra, em relação ao enfrentamento da violência escolar, que tanto a gestão quanto os alunos perceberam que as medidas adotadas para o enfrentamento da violência se resumem nas seguintes etapas: chamar os envolvidos para conversar, chamar os responsáveis, suspender os alunos. Tais procedimentos assemelham-se muito com os apresentados pela Escola Primitiva Azevedo de Moraes, exceto pelo encaminhamento para o Conselho Tutelar. Dessa forma, fica clara que as medidas adotadas são importantes e fazem parte do processo para o enfrentamento, contudo as mesmas são ações mecanizadas e limitadas, não recorrendo a outras possibilidades para melhor combater o fenômeno. Se a violência é algo dinâmico e mutável, as estratégias adotadas para contê-la também devem ser.

Quando questionados se a Escola sozinha conseguiria resolver o problema da violência, todos responderam que não. Uma das entrevistadas afirmou que “Não. Porque o problema não acontece só dentro da escola. Eu acredito que vem de fora pra dentro.” (Entrevistada 2). De acordo com Abramovay (2003), para entender o fenômeno da violência nas escolas, é preciso levar em conta tanto fatores internos como externos à instituição de ensino. Dessa forma, a mesma pode gerada tanto dentro das escolas, como fora delas, podendo alcançar a mesma. Ainda segundo a autora, embora os fatores externos tenham impacto e influência sobre a violência escolar, é preciso reconhecer que dentro da própria escola existem possibilidades de lidar com as diferentes modalidades de violência.

Uma vez que sozinha a Escola não consegue conter o problema, outros atores foram citados pelos profissionais como importantes para o enfrentamento do fenômeno. Para as entrevistadas as parcerias importantes nesse processo são:

Tem que haver parceria entre escola, família não sendo a família é... apta na verdade, a palavra não é apta. Não tendo a família o rigor, a força de família pra resolver a gente vai e pede ajuda ao Conselho Tutelar, que aí o Conselho Tutelar faz o acompanhamento dessa família tentando diminuir essas particularidades que tem cada família. (ENTREVISTADA 1)

A família, a questão também de que precisa do poder público, de políticas, né? Por que a escola sozinha não vai conseguir nunca. Mas eu ainda acho que a questão maior tá na família. (ENTREVISTADA 2)

A família é a base de tudo. Se a família não tiver junto não tem como se resolver nada. O principal é a família. Mas como a gente sabe que isso não acontece, né? Então precisa da família, da escola e da ajuda de um assistente social, de um psicólogo, né? É... De pessoas que possam tá aconselhando. (ENTREVISTADA 3)

Para as Entrevistadas 1, 2 e 3, a principal parceira deve ser a família. Sabe-se que a família é umas das mais antigas instituições da sociedade. De acordo com a Constituição Federal, a família é a base de tudo e sua importância é inegável.

Nos últimos séculos a sociedade passou e vem passando por diversas transformações, principalmente ligadas ao processo de globalização, o que vem modificando a dinâmica e estrutura familiar e possibilitando mudanças em seu padrão tradicional de organização. Hoje já não falamos mais em família e sim em famílias, devido aos diversos arranjos familiares que são constituídos atualmente. Essas mudanças na sociedade não causaram alterações apenas na composição familiar, mas refletem nas diversas relações que permeia essa instituição (SOARES, 2010).

A família exerce uma função de extrema importância na educação dos filhos. É primeiramente através dela que nos são transmitidos conhecimentos, valores morais, dentre outras normas que regem a conduta da sociedade. Contudo, sabe-se que a mesma, por mais que tenha inúmeras incumbências sobre a educação dos filhos, necessita de auxílio para efetivar este ensino com qualidade, por isso a escola também desempenha importantes funções no processo de educação formal, até porque o maior objetivo desta instituição é a educação. (SOARES, 2010)

Desta forma é possível constatar que a parceria entre escola e família é um dos fatores importantes para o desenvolvimento educacional dos alunos e para a resolução de problemáticas que venham a desenvolver-se. Porém, a família não é a única aliada da escola no enfrentamento a violência escolar.

Para as demais entrevistadas, as parcerias devem ser feitas entre, “[...] precisa da família, da escola e da ajuda de um assistente social, de um psicólogo, né? “Conselho Tutelar, a promotoria e a polícia.” (ENTREVISTADA 4) e “o psicólogo, o policiamento também.” (ENTREVISTADA 5).

É notório o quanto o enfrentamento à violência ainda está extremamente ligado à segurança, à força policial. Como já dito anteriormente, quando a violência que se manifesta na escola for tratada meramente como questão de segurança, trazendo como “solução” o policiamento nesta instituição, as medidas de caráter educativo tenderam a ficar para trás, reiterando certas concepções enraizadas na sociedade brasileira, que tendeu a tratar a questão social como questão de polícia.

Os profissionais de Serviço Social e Psicologia só foram citados como parceiras para o enfrentamento da violência em duas entrevistas. Isso demonstra a falta de informação, de conhecimento sobre a importância desses atores dentro da Escola.

Relacionado aos desafios postos para o enfrentamento da violência na Escola Estadual Primitiva Azevedo de Moraes, as respostas dos profissionais foram ligadas à família, ao poder dado ao adolescente e à falta de investimentos e parcerias. Referente à família, as entrevistadas responderam que

A violência tá na escola por conta da violência que existe na família, no meio familiar, no meio social em que o aluno está inserido. A família também não vem até a escola, não tem parceria. O grande problema é esse. Eles trazem o problema que tá lá fora para dentro da escola, então o grande desafio é conseguir fazer com que esse aluno leve alguma coisa boa daqui pra lá, pra tentar aplicar fora da sala, entendeu? (ENTREVISTADA 1)

Trazer a família pra escola, pra ela vivenciar seu filho na escola, mas isso é bem difícil. A gente faz uma reunião e poucos pais aparecem, né? Não tem interesse. (ENTREVISTADA 2)

Claro que a gente sabe que família é a base de tudo, infelizmente a base tá na família. Se isso chega a acontecer muitas vezes é a falta de limite dentro de casa, é falta de pais que cheguem junto na educação dos filhos. (ENTREVISTADA 3)

A partir das falas das entrevistadas, é perceptível que a família, além de ser apontada como um grande desafio para o enfrentamento da violência escolar, é também responsabilizada pela violência que os alunos comentem, como se a mesma fosse originada somente nesta instituição. A falta da parceria entre Escola-Família sem dúvidas acarreta pontos negativos não só para ambas, mas principalmente para os alunos. Porém é preciso buscar estratégias de aproximação entre as mesmas (SOARES, 2010), compreendendo as particularidades e funções que cada uma ocupa na vida do discente.

Outra categoria bastante mencionada na fala dos entrevistados foi a relação de “poder” concedido aos adolescentes através das leis, como afirmam as entrevistadas:

Também tem a questão do jogo do poder, aí eu vou tocar em um ponto que muita gente não concorda comigo, mas as pessoas que trabalham na educação tem sentido muito isso. Hoje o poder está na mão do adolescente. Eu concordo que o Estatuto da Criança do Adolescente veio para apoiar muita coisa que é errada e que acontecia, mas a forma com a qual ele está sendo aplicado, direcionado está dando poder ao adolescente para poder eles fazerem o que eles quiserem e não receberem punição por serem de menor. A gente na escola tem que andar de salto alto, pisando em ovos. Eles praticamente tem mais poder do que a gente nas mãos. (ENTREVISTADA 1)

Começa pela lei, porque infelizmente hoje o menor de idade não tem a punição que, no meu ponto de vista, é devida. Eu acho que deveria se reduzir a maior idade penal, eu acho sabe? Aí é na própria lei que o jovem, o adolescente não recebe punição nenhuma, porque ele é menor de idade e isso acaba também atrapalhando na execução de qualquer tipo de atitude para acabar com isso, entendeu? Se a lei fosse realmente reformada, eu acho que seria melhor. (ENTREVISTADA 3)

Muitas vezes são os próprios alunos, eles que não querem ajuda de jeito nenhum, entendeu? Às vezes tem coisas que impedem eles de falar o que houve, as barreiras deles mesmo

A concepção trazida pelas entrevistadas nas respectivas falas é a responsabilização do adolescente, do “aluno-problema”. A falta de conhecimento sobre as leis e sobre o ECA fazem com que muitas pessoas, inclusive as que lidam com esse público, achem que os mesmos só são possuidores de direitos. Digiácomo (s/d) destacou que o ECA sofre muitas críticas, por alegarem que o mesmo seria uma lei que apenas atribuiria direitos à criança e ao adolescente, sem lhes conferir os referentes deveres. Contudo o autor descarta essa crítica por um motivo lógico, pois toda criança e todo adolescente, embora sejam sujeitos de direitos fundamentais garantidos pela Constituição e pelo Estatuto, também têm o dever de respeitar os direitos do outro, e este fato está garantido na própria Constituição da República à qual o ECA está subordinado. Caso a criança ou o adolescente violem tais direitos, eles também estarão sujeitos às ações do Estado, inclusive a privação da liberdade quando internados na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), para a aplicação de medidas sócio educativas.

Portanto, o que gera esse equívoco é a falta de conhecimento da lei e também a falta de preparo das pessoas e autoridades encarregadas de garantir sua aplicação.

Somente duas das entrevistadas destacaram como desafios para o enfrentamento da violência a falta de investimentos em políticas públicas e a falta de parcerias, como podemos verificar nas seguintes falas:

A gente precisa mais de parcerias, porque o professor não tá preparado pra essa situação, entendeu? É algo bem sério, bem complicado. A gente não foi preparado pra isso, não temos preparo, mas a gente recebe tudo isso. (ENTREVISTADA 3)

A falta de recursos, investimento na educação. Tem muito dinheiro no nosso país, mas falta administrar. Se investisse na educação e na saúde como deveria se evitava muita violência, muita agressão, muita coisa. Mas, infelizmente ... (ENTREVISTADA 4)

De fato, tanto os professores como muitos outros atores inseridos no cotidiano escolar não foram preparados para lidar com o fenômeno da violência. Como afirma Abramovay (2003), enfrentar esta problemática que atinge as escolas não é papel somente desta instituição, uma vez que a mesma é um fenômeno multifacetado e precisa ser enfrentada de forma articulada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse trabalho é possível fazer algumas considerações a respeito da temática abordada. Referente aos desafios postos para o enfrentamento da violência na escola estadual Primitiva Azevedo de Moraes na cidade de Conceição do Jacuípe-Ba, observou-se que os maiores barreiras identificadas pelos funcionários foram a família, que além de ser apontada como um grande desafio para o combater o fenômeno por não se fazer presente na instituição escolar, é também responsabilizada pela violência que os alunos cometem; dos alunos, através do “poder” concedido aos adolescentes por meio das leis; e, por fim, a falta de investimentos em políticas públicas e a falta de parcerias.

Através das respostas das entrevistadas, é perceptível o quanto a escola encontra-se despreparada para combater o fenômeno em questão. Quando a escola transfere totalmente para a família a responsabilidade sobre a violência, ela não se considera encarregada de combater a mesma e muito menos como geradora dessa violência. Portanto é preciso uma mudança de pensamento, de posicionamento da instituição de ensino frente a esta demanda.

Outra questão clara é culpabilização dos adolescentes em relação as ocorrências violentas. Durante a pesquisa, majoritariamente, são apontadas somente as violências que os mesmos cometiam, sem levar em conta as que eles sofriam. Outro fator agravante é o posicionamento dos profissionais perante o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde alegam que o mesmo seria uma lei que apenas atribuiria direitos à criança e ao adolescente, sem lhes conferir os referentes deveres. Isso demonstra a falta de conhecimento, de informação sobre o Estatuto.

Mesmo que superficialmente, a falta de investimentos em políticas públicas e a ausência de parcerias se fizeram presentes como desafios postos para intervenção no combate à violência. Embora essas categorias se façam presentes nas falas, através da pesquisa foi possível constatar que não existe um suporte intersetorial para o enfrentamento do fenômeno e a escola não consegue identificar, acionar outros atores para compor esse suporte, além da família e do Conselho Tutelar. O assistente social é um importante ator na articulação dessa rede.

Todas as problemáticas expostas anteriormente recaem para a importância do Serviço Social na educação, seja como parte da unidade escolar ou inserido na rede de proteção. Primeiramente pelo fato da violência em si já ser um campo direto

de atuação profissional do assistente social, por constituir umas das expressões produzidas pela questão social.

Outra questão inerente à intervenção do assistente social no âmbito é escolar é a mediação entre família e escola. A família ocupa a centralidade das políticas sociais e na intervenção dos profissionais de Serviço Social. A parceria entre família e escola é indispensável não só para se combater a violência, mas relacionada a uma série de outros fatores ligados à educação do aluno. Porém é perceptível que ambas as instituições não estão preparadas para manter essa relação, esse diálogo. Não há como responsabilizar somente a família ou a escola por a educação dos jovens. Ambas tem o seu papel nesse processo e faz-se necessário identificar qual a função de cada uma, sem transferências de responsabilidades. É preciso levar em conta as especificidades de cada parte, principalmente a dos discentes, especificidades essas que o assistente social está capacitado a intervir. Pra além disso, dados da pesquisa demonstram o alto índice de reprovação e evasão escolar presentes na Escola Primitiva Azevedo de Moraes, que também se faz como atribuição do assistente social combater esse quadro.

Portanto, após a conclusão desse trabalho, fica claro a importância do assistente social atuando na educação bem como da importância do suporte multisetorial para se combater a violência, uma vez que, se tratando de um fenômeno multifacetado, a violência, em especial a que se manifesta nas escolas, precisa ser enfrentada de forma articulada, já que sozinha, a escola não tem capacidade lidar com o problema.

Por fim, o trabalho apresentado não contempla todas as possibilidades do tema, principalmente pelo fato de não envolver os protagonistas nessa discussão: os estudantes. A continuação da pesquisa acerca da percepção da violência abrangendo outros atores escolares, além dos profissionais da instituição, é de grande relevância para a compreensão e para a intervenção deste fenômeno.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Violência escolar – o bê-á-bá da intolerância e da discriminação**. Brasília: UNICEF, 2003.

_____. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.404 p.

_____; RUA, M. das G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, UNAIDS, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002

_____. **Drogas nas escolas: versão resumida**. Brasília: UNESCO, Rede Pitágoras, 2005. 143 p

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT**, s.d, 2015. 52p.

ASSIS, S. G.; MARRIEL, N. S. M. Reflexões sobre violência e suas manifestações na escola. In: ASSIS, S. G., CONSTANTINO, P.; AVANCI, J.Q. (Orgs). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 41-63.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. **Lei nº 13.185**, de 6 de Novembro de 2015. Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm>. Acesso em: 8 de dezembro de 2017.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de jul. 1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 6 de Dezembro de 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Instrutivo PSE / Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passos_a_passo_programa_saude_escola.pdf>. Acesso em: 07 de Julho de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **BPC na escola**. Brasília:2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/bpc-na-escola>. Acesso em: 25 de Julho de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cartilha Bolsa Família**. Brasília:2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf. Acesso em: 25 de Julho de 2018.

BOURGUIGNON, J.A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora; Ponta Grossa, 2015.

CAMPOS, Edval Bernardino et al. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS,2011.

CAMARGO, Orson. "Violência no Brasil, outro olhar"; **Brasil Escola**, 2007. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/violencia-no-brasil.htm>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto; BATISTA; Kátia Gerlânia Soares; SILVA, Leandro Roque. **A estratégia da intersectorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB**. Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Famílias. Porto Alegre, PUC/RS, v. 1, 2013. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/l/9.pdf>. Acesso em 7 de Julho de 2018.

CARVALHO, C.Q.L. 2011. **O desafio da articulação das políticas de educação e assistência social como uma alternativa de enfrentamento das expressões da questão social no espaço escolar**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5, São Luís, 2011. Anais... São Luís. 1:1-10. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/jornada_eixo_2011/impas-ses_e_desafios_das_politicas_de_educacao/o_desafio_da_articulacao_das_politicas_de_educacao_e_assistencia_social.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2018

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Revista Sociologias**, ano 4, n. 8, p 432- 443, jul./dez. 2002.

CHAUÍ, Marilena. Ética e violência. **Revista Teoria e Debate**. Nº. 39, 1998. Disponível em:< <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/ensaio-etica-e-violencia>>. Acesso em: 25 de Maio de 2018

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. 2007

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 25 [4]: 1207-1227, 2015. Disponível em: <http://www.sci pe->

lo.br/pdf/physis/v25n4/0103-7331-physis-25-04-01207.pdf. Acesso em: 08 de Julho de 2018.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Março de 2014. Disponível em: <[Http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf)>. Acesso em: 20 de Junho de 2018.

DEBARBIEUX, É. BLAYA, C. Violência nas escolas: dez abordagens europeias. – Brasília: UNESCO, 2002. 268p

DIGIÁCOMO, Murillo José. **O Estatuto da Criança e do Adolescente: Direitos e Deveres**. Paraná: Ministério Público. Disponível em <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-824.html#> . Acesso em: 18 de Agosto de 2018.

MORAES, Primitiva Azevedo. Projeto político pedagógico. Conceição do Jacuípe, 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 2ª edição. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf>. Acesso em: 05 de Julho de 2018

FERREIRA, A. L. A escola e a rede de proteção de crianças e adolescentes. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs.) **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 203-234.

FERRIANE, M.G.C.et al. **Vínculos institucionais para o enfrentamento da violência: um estudo exploratório**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo, 2017.

Fortes, I; Macedo, M. M. K. **Automutilação na adolescência - rasuras na experiência de alteridade**. *Psicogente*, 2017. 20(38), 353-367.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3>>. Acesso em: 25 de Maio de 2018.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SPOSITO, Marília Pontes. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: FCC; Campinas, 2002.

IAMAMOTO, M. V., **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e a formação profissional**. – 9. Ed.- São Paulo, Cortez, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde escolar**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>>. Acesso em: 15 de Junho de 2018.

_____. Pesquisa nacional de saúde escolar. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64436.pdf>>. Acesso em: 15 de Junho de 2018.

JUNQUEIRA, L.A.P. Descentralização, intersectorialidade e rede na gestão da cidade. O&S- v. 11- Edição Especial, 2004. 11 p. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/12639/8910>> . Acesso em:

LIBÓRIO, R.; CAMARGO, L. **A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de presidente prudente**. GT 23: Gênero, Sexualidade e Educação/n. 23. São Paulo: 2009.

LIMA, Renato Sérgio; SILVESTRE, Giane. **Esporte, violência e cidadania**. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano do Brasil, 2017. Disponível em: <<http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/Atividades-Fi%CC%81sicas-e-Esportivas-e-Seguranc%CC%A7a-Pu%CC%81blica.pdf>>. Acesso em: 09 de Julho de 2018.

MACHADO, E. M. **Questão social: objeto do serviço social?** Serviço Social em Revista. Londrina, v. 2 - n. 1, Jul./Dez. 1999. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/5723537/a-questao-social-objeto-do-servico-social>>. Acesso em: 21 de Julho de 2018.

MINAYO, M.C.S. Violência como processo sócio histórico. In: _____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. Cap. 1 .P. 13- 37.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial sobre violência e saúde. Genebra, 2002.

OLIVEIRA, Edjôfre Coelho. O *bullying* na escola: como alunos e professores lidam com esta violência? Revista Fundamentos, V.2, n.1, 2015. **Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí**. ISSN 2317-2754. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/fundamentos/article/view/3727>>. Acesso em 15 de Junho de 2018.

PRIOTTO, E.P. **Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas**. 2008. 200 f. Dissertação. Programa de pós-graduação em educação da pontifícia universidade católica do paraná, Paraná, 2008. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/P_PR_f58b0812689cdd6df64ee5ba2621271c> Acesso em: 27 de Maio de 2018.>

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3700>>. Acesso em: 27 de Maio de 2018.

SPOSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 104, p. 58-75, jul. 1998

_____. **Percepções sobre jovens nas políticas públicas de redução da violência em meio escolar**. Pro-Posições, São Paulo, vol. 13, N. 3 (39) - set./dez. 2002. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2160/39-dossie-spositomp_1.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2018.

SANTANA, V. Estudante que atirou em escola de Goiânia se inspirou em massacre de Columbine e Realengo, diz polícia. **G1 GO**, São Paulo, 20 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/goias/noticia/estudante-que-atirou-contra-colegas-em-escola-de-goiania-ia-matar-todo-mundo-cre-delegado.ghtml>> Acesso em: 7 de Dezembro de 2017.

SILVA, José Fernando Siqueira. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 11 n. 2 p. 265-273 jul./dez. 2008

SOUZA, Íris de Lima. Serviço Social na Educação: Saberes e Competências Necessárias no Fazer Profissional. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/534#preview-link0>. Acesso em: 20 de Julho de 2018.

SOARES, Jiane Martins. **Família e escola: parceiras no processo educacional da Criança**. Planeta e Educação, 11 jun. 2010.

SPENGLER, Fabiana Marion; SILVA, Silvio Erasmo Souza. **A importância do programa educacional de resistência às drogas e a violência (proerd) no tratamento de conflitos nas escolas: a mediação como prática preventiva no combate à violência escolar**. Seminário Nacional demandas sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, Santa Cruz do Sul. ISBN 2447-8229, 2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/1692_8/4139>. Acesso em: 14 de Julho de 2018.

TONET, Ivo. **A educação numa encruzilhada**. Maceió: Edufal, 2012.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch; CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Abrindo espaços: educação e cultura para a paz**. 3 Ed - Brasília: UNESCO, 2004. 108 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131816por.pdf>>. Acesso em: 08 de julho de 2018.

VENAS, R.F. **Gestão escolar e violência um estudo de caso sobre as ações gestoras em situação de violência**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11884/1/Dissertacao%20Ronaldo%20Venas.pdf>>. Acesso em: 01 de Junho de 2018.

ZEQUINÃO, Marcela Almeida; et al. *Bullying* escolar: um fenômeno multifacetado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 181-198, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201603138354>>. Acesso em 14 de Junho de 2018.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: FLACSO; 2016. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 20 de Junho de 2018.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa intitulada “A violência que se manifesta nas escolas: desafios para intervir na realidade.”, desenvolvida pela graduanda Kelly Cristina Gomes Santos, estudante do Curso Superior de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), orientada pela Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas, também da UFRB.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar os desafios postos para o enfrentamento da violência na escola estadual Primitiva Azevedo de Moraes na cidade de Conceição do Jacuípe-Ba.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e se dará por meio de uma entrevista semiestruturada com gravação de áudio.

Os riscos decorrentes de sua participação nesta pesquisa são: o desconforto por responder questões relacionadas ao seu ambiente de estudo e da vida pessoal, a possibilidade de atrapalhar a realização de suas atividades laborais e educacionais, a necessidade de disponibilização do seu tempo. Entretanto, como forma de minimizar/evitar tais riscos, as entrevistas serão previamente agendadas.

Esclarecemos que se o Sr.(a). aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para a construção de conhecimentos que possibilitarão a identificação dos tipos de violências que se manifestam escola estadual Primitiva Azevedo de Moraes e o conhecimento sobre os desafios postos para o enfrentamento desse fenômeno.

Se, depois de consentir a sua participação, o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa.

Ressaltamos que o (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por participar desta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável por esta pesquisa no endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº323, Conceição do Jacuípe -Ba telefone (75) 9-8201-1849, e-mail: Kelly.cristinagomes1@gmail.com.

Consentimento Pós–Informação

Eu, _____, fui informado(a) sobre os objetivos, benefícios e riscos da pesquisa acima descrita e compreendi as explicações fornecidas. Por isso, concordo em participar desta pesquisa, sabendo que não vou ter retorno financeiro e que posso sair a qualquer tempo.

Ass. do(a) Participante
Pesquisador(a) Responsável

Ass. do(a)

_____, ____/____/____.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que você entende por violência?
2. Como se manifesta a violência nesta instituição?
3. Quais os procedimentos adotados pela escola nas situações violentas?
4. Na sua opinião, a escola sozinha consegue resolver esse problema?
5. Quais outros atores você considera importante para o enfrentamento da violência escolar?
6. Quais os desafios postos para o enfrentamento dessa realidade?

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

Rua Ana Nery, n. 25, Centro, Cachoeira, Bahia, Brasil, CEP 44.300-000

Cachoeira, 28 de maio de 2018

Ilma. Sra. **Maria de Fátima Pereira Lima de Andrade**
Escola Primitiva Azevedo de Moraes
Rua Emilio de Azevedo Barbosa s/n – Conceição do Jacuipe-BA

Senhora Diretora,

O Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) apresenta a V.Sa. a aluna **Kelly Cristina Gomes Santos**, regularmente matriculada no Curso Bacharelado em Serviço Social, com interesse de realizar, na Escola Primitiva Azevedo de Moraes, sua pesquisa para o trabalho de conclusão de curso (TCC).

O TCC é uma atividade obrigatória realizada pelo formando e sua defesa é requisito obrigatório para a conclusão de sua formação. Neste caso, a aluna se dedica a entender os desafios do enfrentamento à violência na escola pública, em especial de forma intersetorial, de forma que possa, ao final, refletir sobre as possibilidades da atuação do assistente social. Desde o início do semestre, Kelly é orientada por mim, Profa. Lys Maria Vinhaes Dantas (SIAPE 1844377), vinculada ao CAHL - UFRB.

A intenção da aluna é levantar dados junto à Escola Primitiva Azevedo de Moraes, entrevistando sua gestora, professores e funcionários, além de alguns alunos, desde que tenham dado seu consentimento escrito para a participação. As gravações serão utilizadas unicamente para fins da pesquisa e não serão divulgadas.

Estamos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário, bem como o envio de informações e documentações complementares.

Certas de contar com a sua colaboração e apoio, agradecemos.

Atenciosamente,


Lys Maria Vinhaes Dantas
Professora Orientadora
CAHL - UFRB
71 9 91339317 lys@ufrb.edu.br